



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO-COMPESA
 CNPJ - 09.769.035/0001-64 - NIRE. 26300040271
 www.compesa.com.br



Relatório da Administração

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O Estado de Pernambuco enfrenta uma escassez hídrica, duradoura e de grandes proporções. Em 2015 especificamente, enfrentou o quinto ano consecutivo de seca, onde 70% dos 184 municípios do Estado passaram por uma severa estiagem. Isso se mostrou como um enorme desafio para a COMPESA, visto que impacta diretamente à execução eficiente e sustentável dos nossos serviços.

Além desse, outros agravantes vivenciados em 2015 merecem destaque: a desaceleração de investimentos por parte do Governo Federal, o aumento da inadimplência, a redução no crescimento do volume faturado de 3% e também o aumento de 33% na conta de energia elétrica.

Com responsabilidade e olhar inovador, a COMPESA continua firme no propósito de atuar de modo eficiente na aplicação dos recursos existentes. Como exemplo, podemos citar diversas obras para exploração do volume morto em diversas barragens, inversão de fluxo de adutoras e obras emergenciais que têm permitido sobreviver nesses tempos difíceis.

Além da saúde financeira, que permite a ampliação e expansão dos serviços, a Compesa considera outros pilares para sustentação da sua estratégia: eficiência operacional, valorização do capital humano, satisfação dos clientes e consciência socioambiental. Perseguindo as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab, com foco na universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a Compesa encerrou o exercício de 2015 com mais de 2 milhões de domicílios atendidos com abastecimento de água e 468 mil domicílios beneficiados com esgotamento sanitário.

O que a COMPESA tem alcançado, é fruto do trabalho, dedicação e perseverança dos seus quase sete mil colaboradores, com o apoio do Governo do Estado, clientes, fornecedores e outros parceiros que, durante sua história, vem contribuindo, para tornar a COMPESA uma empresa forte para todos os pernambucanos, capaz de se reinventar e de minimizar os impactos da crise hídrica.

A Diretoria Executiva.

2. GESTÃO ESTRATÉGICA

A Compesa utiliza técnicas de gestão, avaliação e ferramentas para decisões estratégicas de alto nível. Em destaque, o Balanced Scorecard, o Ciclo PDCA e o GPD-Gerenciamento por Diretrizes que maximizam os resultados, garantindo a melhoria contínua dos serviços prestados.

3. INVESTIMENTOS

A Compesa vem realizando nos últimos anos grandes investimentos em obras, modernização da gestão e melhorias técnico-operacionais de seus sistemas. Possui em sua carteira de investimentos o montante de 3,4 bilhões conveniado com as principais fontes de financiamento do setor, demonstrando a sua grande capacidade em viabilizar projetos que objetivam a melhoria contínua na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A empresa hoje é referência nacional entre as empresas de saneamento, com a maior obra de infraestrutura hídrica do país, a Adutora do Agreste e a maior Parceria Público Privada em esgotamento sanitário, o Programa Cidade Saneada.

O ano de 2015 foi repleto de desafios, mas a Compesa manteve firme seu propósito de continuar investindo em seus sistemas. Foi investido um total de R\$ 488 milhões, sendo: aproximadamente R\$ 272 milhões da Compesa (recurso próprio e Programa Cidade Saneada), R\$ 100 milhões do Governo do Estado e R\$ 116 milhões da União.

3.1 Obras emergenciais para o combate à seca:

- Instalação de captação flutuante para retirada do volume morto da Barragem Jucacinho, permitindo a continuidade da exploração da Barragem, mesmo com o manancial acumulando um volume inferior a 2% de sua capacidade;
- Implantação de Sistema Adutor para reforço no abastecimento de São Bento do Una a partir do Sistema Produtor Pau Ferro, fornecendo à cidade mais uma opção para abastecimento de água, podendo ser utilizada caso o Sistema Bitury venha entrar em colapso no ano de 2016;
- Implantação de Sistema Adutor para abastecimento de Calçado a partir do Sistema Produtor Pau Ferro, permitindo o retorno do abastecimento da cidade após o colapso da Barragem Santa Rita.

3.2 Obras Estratégicas para a Região Metropolitana do Recife

A Região Metropolitana do Recife vem recebendo vários investimentos visando a melhoria da qualidade de vida de sua população. Entre eles, merece destaque: a obra dos Morros da Zona Norte do Recife que visa incrementar a oferta de água para os bairros de Vasco da Gama e de Nossa Sra da Conceição; a obra da ampliação da rede de distribuição do Recife que prevê a melhoria no atendimento de água para os bairros de Iputinga, Caxangá, Dois Irmãos, Apipucos e Monteiro; a ampliação Sistema de Abastecimento da cidade do Cabo de Santo Agostinho que beneficiará as localidades de Chameca e a sede do município do Cabo, com a melhoria do sistema de distribuição; a implantação do sistema de esgotamento sanitário-SES e sistema de abastecimento de água-SAA da 2ª etapa da obra do Paiva; a ampliação SES Pau Amarelo e implantação do SES Paulista que irá beneficiar os bairros de Frágoso, Torres Galvão e Tabajara localizados em Paulista.

4. EXPANSÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - SAA

Com os investimentos realizados em expansão de água e demais projetos relacionados, na ordem de R\$ 283 milhões, a Compesa expandiu o atendimento para mais 59 mil domicílios.

4.1 Sistema Adutor do Agreste

Maior obra hídrica em execução no Brasil, transportará água do Rio São Francisco à região que apresenta o menor balanço hídrico no País. Em 2015, o investimento realizado foi de R\$ 88,7 milhões, muito abaixo do previsto, impossibilitando a conclusão da primeira etapa da obra, que seria em junho e atenderia um total de 17 municípios do Agreste, em virtude da redução dos repasses do Governo Federal.

4.2 Sistema Adutor do Sirijó

Obra hídrica que possibilitou dobrar a produção de água para atender oito municípios da Mata Norte do Estado. A segunda etapa do investimento foi concluída em abril/2015 beneficiando as cidades de Machados, São Vicente Férrer e Macaparana, além das cidades que já haviam sido beneficiadas na primeira etapa: Vicência, Buenos Aires, Aliança, Condado e Itaquitinga, e a localidade de

Murupé, todas localizadas na Mata Norte de Pernambuco.

4.3 Ampliação do SAA Petrolina

As obras do Sistema de Abastecimento de Água de Petrolina foram concluídas em março/2015, ampliando a capacidade de produção de água em 60%, beneficiando 217 mil pessoas, com um investimento de R\$ 56 milhões.

4.4 Implantação do SAA Palmeirina

A implantação do sistema adutor de Palmeirina, a partir da Barragem Inhumas, foi responsável pela retirada da cidade do rodízio, beneficiando 5 mil habitantes, representando um investimento total de R\$ 2,2 milhões, concluído em março/2015.

4.5 Implantação da 2ª Etapa da Adutora do Pajeú

Obra realizada pelo DNOCs, operada e comissionada pela COMPESA, possibilitando o abastecimento de São José do Egito e Tuparetama, retirando esses municípios do rodízio após o colapso da Barragem do Rosário. A conclusão dessa obra permitiu que a Compesa realizasse a inversão do fluxo de água da Adutora do Rosário, viabilizando o abastecimento das cidades de Ingazeira e Igaraci, beneficiando um total de 55 mil habitantes.

4.6 Implantação SAA do Pólo Farmacológico em Goiana

Com cerca de 95% já executado, a obra refere-se à ampliação da produção para o pólo farmacológico. A captação do sistema será realizada no aquífero Beberibe, por meio de uma bateria de poços, sendo o valor do investimento de R\$ 7,5 milhões.

4.7 Ampliação do SAA dos Morros do Iburá

A ampliação do sistema de abastecimento de água para as comunidades do loteamento Grande Recife, Dois Carneiros, Jardim Monte Verde, Três Carneiros, Zumbi do Pacheco Alto e Baixo, UR 10, Vila das Crianças, Lagoa Encantada, Vila das Aeronáuticas e Vila Tancredo Neves está em fase de conclusão e beneficiará cerca de 80 mil pessoas.

4.8 Grandes Anéis do Recife

A obra contempla melhoria na rede de distribuição de água e beneficiará cerca de 140 mil pessoas, nos bairros: Ilha do Leite, Ipsep, Imbiribeira, Afogados, São José e Santo Antônio, Brasília Teimosa, Pina e Boa Viagem.

5. EXPANSÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - SES

5.1 População Atendida com Esgotamento Sanitário

No tocante ao serviço de esgotamento sanitário, foram investidos em 2015 aproximadamente R\$ 206 milhões. Esse número gerou grande reflexo na cobertura dos serviços, incrementando aproximadamente 25 mil novos domicílios atendidos.

5.2 Implantação do SES Surubim

As obras do Sistema de Esgotamento Sanitário de Surubim, incluídas no Projeto de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco, conta com recursos do Banco Mundial – BIRD. O investimento é da ordem de R\$ 69 milhões. A primeira etapa dessa obra pretende dotar o município de 70% de cobertura de esgoto. Os trabalhos estão em andamento, beneficiando um total de 67 mil pessoas.

5.3 Implantação do SES Garanhuns

Já foram concluídos 90% da obra de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Garanhuns, que beneficiará 16 mil habitantes.

6. PROGRAMAS ESTRUTURADORES

6.1 Programa Cidade Saneada

O Programa Cidade Saneada completou 2 anos em julho de 2015 e, nesse período, já foi possível verificar uma significativa melhoria na prestação dos serviços de esgotamento sanitário. Podemos dividir as principais ações do Programa Cidade Saneada em três aspectos:

- a) Operação: O Programa apresentou melhorias na qualidade e na velocidade do atendimento e modernização na prestação dos serviços de esgotamento sanitário, com o uso de equipamentos e tecnologias de ponta nas obras e operação do sistema. Em dois anos de parceria, as solicitações de serviço passaram a ser atendidas em 100% dos casos com menos de 48 horas após o chamado, sendo que 75% deles resolvidos nas primeiras 24 horas. Com essa agilidade, eliminamos pontos críticos de funcionamento dos sistemas;
- b) Recuperação de sistemas: Desde julho de 2013, quando o Programa foi iniciado, o sistema de esgotamento sanitário passa por recuperações, melhorias, ampliações e modernizações. Inicialmente, o Programa focou a recuperação de redes, permitindo que os esgotos chegassem às estações elevatórias e, destas, às estações de tratamento. Foram recuperados cerca de 1.200 quilômetros de redes coletoras. Hoje, entre estações elevatórias e estações de tratamento, foram restauradas 150 unidades operacionais.
- c) Investimentos: No ano de 2015, com o Programa Cidade Saneada, deu-se continuidade a obras de implantação de sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Recife, Olinda, Paulista, Ipojuca e São Lourenço da Mata, representando um investimento total aproximado de R\$ 182 milhões, somando-se os recursos aplicados pela Compesa e seu Parceiro Privado.

6.2 Programa de Sustentabilidade Hídrica do Rio Ipojuca - PSA

Possui como objetivo a promoção do saneamento ambiental da bacia hidrográfica do Rio Ipojuca, beneficiando 1,2 milhão de habitantes ao final do programa, onde está sendo investido um total de US\$ 330 milhões. Em 2015, foram iniciadas as obras do Sistema de Esgotamento Sanitário de Tacaimbó, cujo valor da obra é da ordem de R\$ 12 milhões e o Sistema Adutor de Água para Porto de Galinhas, Muro Alto, Nossa Senhora do Ó e Maracajipe, no valor de R\$ 16,7 milhões.

6.3 Programa de Sustentabilidade Hídrica de Pernambuco - PSH

Possui como principal foco melhorar a oferta sustentável de água e serviços de saneamento para a população residente na Bacia do Rio Capibaribe e na Região Metropolitana do Recife (RMR). Com um investimento na ordem de US\$ 410 milhões, serão beneficiadas ao final 3,5 milhões de habitantes.

7. DESEMPENHO COMERCIAL

As ações comerciais apresentaram resultados positivos, mesmo diante de um cenário adverso, com orçamento restrito para a realização de novas atividades que incrementam faturamento e arrecadação, além da própria recessão macroeconômica. Fazer mais, com menos, foi necessário e para isso as ações tiveram que ser focadas, visando o melhor retorno. O faturamento fechou em R\$ 1,367 bilhão representando um incremento de 12% em relação ao ano anterior e a arrecadação fechou em R\$ 1,218 bilhão, com um incremento de 10% em relação a 2014.

8. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2015, a Compesa fechou o exercício de forma positiva, apresentando uma margem EBITDA de 18,01%. A receita líquida de água e esgoto, deduzindo o efeito da receita de construção, obteve o crescimento de 12%, em relação a 2014, atingindo o patamar de R\$ 1,2 bilhão. O faturamento bruto dos serviços de água, esgotamento sanitário e serviço de construção atingiu a quantia de R\$ 1,7 bilhão.

O lucro societário da empresa alcançou o montante de R\$ 114 milhões. É importante destacar que, devido ao compromisso social e orientação do acionista majoritário, a empresa aplica todo o lucro auferido na realização de investimentos para melhoria dos serviços.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

O Programa de Macromedicação que tem por objetivo medir os volumes de água na captação, produção e distribuição, atingiu o índice de 96% de volume macromedido, representando um investimento de 1,6 milhões.

O Programa de Automação vem mudando expressivamente os critérios e as rotinas operacionais da Compesa, visando reduzir perdas, melhorar a continuidade do abastecimento e reduzir custos com operação e manutenção. Em 2015, a Compesa concluiu a automação do sistema Belo Jardim, e encontra-se em fase de execução a automação do sistema produtor do Sirijó, do SAA de Floresta, do polo farmacológico de Goiana e automação de 80 unidades operacionais do sistema da Região Metropolitana do Recife.

10. DESEMPENHO DA GESTÃO

Em 2015, a Compesa aprimorou a sua Estrutura Organizacional para consolidar os pontos fortes e diminuir as fragilidades. As principais mudanças visaram empoderar as gerências e aproximar a diretoria da base, que move a empresa. As superintendências foram extintas, permitindo uma maior agilidade nas tomadas de decisão, melhoria na governança corporativa, maior interação entre as diretorias e as gerências, além da simplificação das relações internas.

Para conquistar maiores avanços, foram contratados 162 agentes de saneamentos, para atuarem na operação de Estações de Tratamento de Água e 80 analistas de gestão e saneamento.

Investir na capacitação de seus profissionais, é um compromisso da Compesa. Em 2015 foram realizadas 23 mil horas de treinamento através de diferentes projetos, dentre os quais podemos destacar a implantação do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG).

Mesmo diante de um cenário desafiador, a Compesa conseguiu alcançar resultados satisfatórios, devido ao comprometimento de seus colaboradores, o que permitiu realizar pelo terceiro ano consecutivo a distribuição de Participação de Resultados.

Na área de suprimentos, a Compesa ratificou a manutenção da Certificação ISO 9001:2008 para os processos de aquisição, qualificação técnica e logística de materiais, consolidando-se como empresa de referência entre as Companhias de Saneamento do País.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Objetivando minimizar o impacto das obras e serviços e aproximar o relacionamento junto às comunidades, a Compesa realizou projetos e ações voltadas à área socioambiental:

11.1. Compesa no Meu Bairro

Esse programa oferece serviços comerciais, sociais e técnico-operacionais de forma integrada, participativa e acessível às comunidades. Em 2015, realizou 232 edições com 59 mil participantes em diversos municípios de todo o estado de Pernambuco.

11.2. Contratado e Renda

O Programa realiza cursos de capacitação em instalações hidráulicas ou em produção de artes sustentáveis para clientes da Compesa em situação de vulnerabilidade social, proporcionando a geração de trabalho, renda e o fortalecimento da cidadania. Em 2015, foram realizadas 26 oficinas e cursos, com 825 participantes.

11.3. Reuniões, Visitas e Atendimento ao Público em Geral

O programa visa debater, captar e encaminhar demandas inerentes aos serviços da Compesa, abrangendo temas como: informação de obras, situação do abastecimento, tarifa social, preservação dos patrimônios, comerciais, dentre outras. Em 2015 foram realizados 4.237 eventos, entre visitas, reuniões e atendimento social, com cerca de 122 mil participantes.

11.4. Por Dentro da Compesa

O Programa possibilita aos clientes visitar unidades operacionais e obras, conhecendo a complexidade dos serviços e as obras de expansão. Em 2015, foram realizadas 109 visitas com grupos diversos, totalizando 2.849 pessoas, entre eles, líderes comunitários, estudantes, formadores de opinião e poder público municipal.

11.5. Projeto Florestar

O Projeto Florestar além de desenvolver trabalhos de educação ambiental nos viveiros florestais, em 2015, produziu 170 mil mudas para atender à necessidade reposição e compensações ambientais oriundas da execução de obras da Compesa.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados alcançados em 2015, primeiro ano de um novo ciclo de gestão, temos a certeza de que estamos no caminho certo para alcançarmos resultados ainda melhores. Os objetivos estratégicos associados à sustentabilidade financeira, expansão dos serviços, garantia da oferta, redução das perdas e desenvolvimento dos colaboradores, da organização e da gestão, continuarão a ser perseguidos.

Com a previsão macroeconômica não muito favorável a investimentos para os próximos anos e um período persistente de restrição hídrica, permanece o ambiente desafiador, onde será necessário aprimorar todo o trabalho que vem sendo realizado para o cumprimento da missão da Compesa de atender as demandas de seus clientes em todos os segmentos de atuação.

Agradecemos ao nosso Acionista pela confiança depositada na gestão e, aos nossos clientes, colaboradores, fornecedores, agentes políticos e econômicos e à sociedade, firmando o compromisso de que, com uma atuação, perseverança, responsabilidade, ética e trabalho, vamos todos juntos fortalecer a Compesa, aperfeiçoando continuamente os nossos processos de gestão e a qualidade dos nossos serviços, para dar a Pernambuco e aos pernambucanos um saneamento cada vez melhor.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPEA (CONTINUAÇÃO)

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPEA
 Recife - PE

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Pernambucana de Saneamento - Compea ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o

cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Pernambucana de Saneamento - Compea em 31 de

dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recife, 29 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
 CRC PE-000904/F-7

Eliardo Araújo Lopes Vieira
 Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2015	31/12/2014
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	40.470	116.339
Contas a receber de clientes	6	503.261	438.997
Estoque	7	23.898	22.628
Ativo fiscal corrente	8	31.171	26.498
Convênios e outros investimentos	9	89.647	68.783
Outros créditos a receber	10	11.865	3.262
Despesas antecipadas		2.823	3.624
Total do ativo circulante		703.135	680.331
Não Circulante			
Contas a receber de clientes	6	39.999	40.603
Ativo fiscal diferido	8	4.162	4.805
Convênios e outros investimentos	9	31.844	30.834
Depósitos judiciais	19	47.999	42.737
Investimentos		498	711
Imobilizado	11	73.757	71.169
Intangível	12	4.645.547	4.236.061
Total do ativo não circulante		4.843.806	4.426.920
TOTAL DO ATIVO		5.546.941	5.107.251
PASSIVO			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	29.684	18.575
Fornecedores	14	147.577	142.323
Debitores	15	22.721	22.215
Depósitos e retenções contratuais		2.757	3.388
Passivo fiscal - corrente	16	47.185	45.979
Passivo fiscal - diferido	16	6.674	4.474
Consignações a receber		4.247	3.897
Salários e encargos sociais a pagar	17	45.559	45.093
Juros sobre o capital próprio a pagar		26.751	32.346
Outras contas a pagar	18	35.401	34.821
Total do passivo circulante		368.556	353.111
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	157.101	185.795
Debitores	15	139.980	165.095
Provisão para perdas em processos judiciais	19	41.275	34.321
Passivo fiscal - corrente	16	158	45
Passivo fiscal - diferido	16	35.413	29.588
Outras contas a pagar	18	507.444	319.310
Benefício a empregados	20	131.317	122.016
Total do passivo não circulante		1.012.688	856.170
Total do passivo		1.381.244	1.209.281
Patrimônio líquido	21		
Capital social		4.000.000	3.634.685
Adiantamento para futuro aumento de capital		182.849	369.112
Ajustes de avaliação patrimonial		(6.639)	(8.188)
Prejuízos acumulados		(10.513)	(97.639)
Total de patrimônio líquido		4.165.697	3.897.970
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.546.941	5.107.251

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	NOTA	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida	22	1.590.335	1.790.975
Custo dos serviços prestados	23	(1.116.771)	(1.380.243)
Lucro bruto		473.564	410.732
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	24	(153.839)	(121.443)
Administrativas	25	(141.145)	(130.395)
Tributárias		(10.840)	(9.099)
Honorários da administração		(1.953)	(1.829)
Outras receitas (despesas), líquidas	26	4.352	4.401
		(303.425)	(258.365)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		170.139	152.367
Receitas financeiras	27	51.060	47.994
Despesas financeiras	27	(98.296)	(75.217)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(47.236)	(27.223)
Resultado antes dos impostos		122.903	125.144
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente		(3.356)	(3.482)
Contribuição social sobre o lucro líquido - diferido	16	(5.741)	(4.867)
Lucro líquido do exercício		113.806	116.795
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		1,2336	1,3946

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	NOTA	Capital Social	Adiantamentos p/ Futuro Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2014		2.690.536	956.418	(17.060)	(182.098)	3.447.796
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.2	-	368.917	-	-	368.917
Integralização de capital	21.1	944.149	(944.149)	-	-	-
Valor justo de instrumento financeiro		-	-	99	-	99
Ajuste benefício a empregados		-	-	8.773	-	8.773
Lucro líquido do exercício		-	-	-	116.795	116.795
Juros sobre o capital próprio		-	(12.074)	-	(32.336)	(44.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		3.634.685	369.112	(8.188)	(97.639)	3.897.970
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.2	-	179.052	-	-	179.052
Integralização de capital	21.1	365.315	(365.315)	-	-	-
Valor justo de instrumento financeiro		-	-	(906)	-	(906)
Ajuste benefício a empregados		-	-	2.455	-	2.455
Lucro líquido do exercício		-	-	-	113.806	113.806
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(26.680)	(26.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		4.000.000	182.849	(6.639)	(10.513)	4.165.697

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas		
Água, esgoto e serviços	1.372.264	1.226.221
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(61.299)	(44.268)
CANCELAMENTO	(40.525)	(36.371)
Outros	3.465	3.565
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais consumidos	(70.537)	(70.280)
Energia	(169.796)	(127.820)
Serviços de terceiros	(221.455)	(255.483)
Outros	(35.956)	(20.821)
Valor adicionado bruto	776.161	674.743
Retenções		
Depreciação e amortização	(47.007)	(44.100)
Valor adicionado líquido produzido	729.154	630.643
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	51.060	47.994
Aluguéis	887	836
Valor adicionado total a distribuir	781.101	679.473
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	254.870	242.597
Remuneração direta	171.862	167.845
Benefícios	70.200	62.657
F.G.T.S.	12.808	12.095
Tributos	313.316	244.032
Federais	305.851	237.258
Estaduais	5.630	5.892
Municipais	1.835	882
Remuneração de capitais de terceiros	99.109	76.049
Juros	98.296	75.217
Aluguéis	813	832
Remuneração de capitais próprios	113.806	116.795
Juros sobre Capital Próprio - JSCP	26.680	32.337
Resultados retidos	87.126	84.458
Total distribuído	781.101	679.473

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	113.806	116.795
Resultados abrangentes		
Ganhos atuariais líquidos - plano de pensão e saúde	(2.455)	(8.773)
Varição líquida do valor justo de investimentos	906	(99)
Resultado abrangente total	112.257	107.923

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	113.806	116.795
Ajustes por:		
Depreciação	2.098	591
Amortização	44.909	43.511
Varição monetária passiva	6.616	3.665
Perdas por baixa de clientes	60.503	40.748
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	795	3.520
Provisões para contingências	6.562	(9.219)
Ajuste a valor presente	(889)	-
Ganhos e perdas atuariais	10.524	12.262
Ajuste de estoque	(1.424)	539
Recuperação de CBOS - investimento (PPP)	(25.842)	(17.273)
	217.658	195.139
Variações patrimoniais (Aumentos) reduções nos ativos e aumentos (reduções) nos passivos		
Contas a receber - clientes	(124.069)	(100.314)
Tributos contribuições sociais a recuperar	(1.540)	10.537
Convênios e outros investimentos	(79)	(45.907)
Estoque	355	2.241
Despesa antecipada	802	(3.624)
Depósitos judiciais	(5.262)	3.445
Outros créditos a receber	(8.603)	806
Fornecedores	5.212	1.944
Depósitos e retenções contratuais	(631)	123
Consignações a receber	349	633
Tributos a receber	9.177	19.497
Salários e encargos sociais a pagar	466	(2.010)
Provisões para contingências	387	82
Benefícios a empregados	1.266	-
Outras contas a pagar	(28.809)	125.875
	(150.979)	13.328
Fluxo de caixa proveniente das Atividades operacionais	66.679	208.467
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Outros investimentos - aplicações financeiras	1.251	19.857
Ativo imobilizado	(8.516)	(25.543)
Ativo intangível	(272.066)	(771.654)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades De investimento	(279.331)	(777.340)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	6.892	235.615
Amortização de empréstimos e Financiamentos	(22.048)	(103.094)
Emissão de debêntures não conversíveis	19.409	29.510
Amortização de debêntures	(30.075)	(16.873)
Amortização de juros de debêntures, empréstimos e financiamento	(16.447)	(21.433)
Ingressos de adiantamentos para aumento de capital	179.052	368.917
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	136.783	492.642
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(76.869)	(76.231)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	116.339	192.570
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	40.470	116.339
	(75.869)	(76.231)

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa ("Companhia") é uma Sociedade de Economia Mista de capital fechado, domiciliada no Brasil e controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco, com sede à Av. Cruz Cabugá, nº 1.387, Santo Amaro, Recife, Pernambuco. A Companhia tem por objeto social, por outorga do Estado de Pernambuco e delegação de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, regulada pela ARPE - Agência Reguladora de Pernambuco, além da realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário. A Companhia, também, colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

1.1 Contratos de Concessão

A Compesa explora a prestação de serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto em 173 dos 185 municípios do Estado de Pernambuco, da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Municípios atendidos com contratos de concessão ou convênio de cooperação	160	160
Municípios atendidos sem contrato de concessão	13	13
	173	173

Apresentamos, a seguir, os 46 principais municípios que representam o maior volume de faturamento:

Município	Contratos de Exploração		Prazo - Anos	
	Vigência		Total	Saldo
Recife	29/12/2005	28/12/2048	43	33
Jaboatão	21/07/2011	20/07/2061	50	46
Olinda	29/06/2012	28/06/2062	50	47
Caruaru	17/01/1971	16/01/2021	50	6
Petrolina	06/11/1975	05/11/2027	62	22
Paulista	02/08/2011	01/08/2061	50	46
Cabo Stº. Agostinho	05/09/2011	04/09/2061	50	46
Gravatá	28/12/1979	27/12/2029	50	14
Camaragibe	21/07/2011	20/07/2061	50	46
Garanhuns	10/07/1972	11/07/2022	50	7
Vitória	04/05/1972	05/05/2022	50	7
Santa Cruz do Capibaribe	13/06/1972	12/06/2022	50	7
Ipojuca	21/07/2011	20/07/2061	50	46
São Lourenço	21/07/2011	20/07/2061	50	46
Serra Talhada	25/04/1973	24/04/2023	50	8
Igarassu	02/08/2011	01/08/2061	50	46
Salgueiro	16/04/1973	15/04/2023	50	8
Belo Jardim	24/03/1977	23/03/2027	50	12
Goiana	03/03/2011	02/03/2061	50	46
Itapissuma	21/07/2011	20/07/2061	50	46
Custódia	25/02/2011	24/02/2061	50	46
Verentes	04/04/1973	03/04/2023	50	8
Dormentes	22/03/2011	21/03/2061	50	46
Araçoiaba	21/07/2011	20/07/2061	50	46
Moreno	03/08/2011	02/08/2061	50	46
Surubim	29/08/1972	30/08/2022	50	7
Carpina	20/06/1977	21/06/2027	50	12
Bezerros	16/05/1972	15/05/2022	50	7
Ouricuri	16/04/1973	17/04/2023	50	8
Arcoverde	11/04/1973	10/04/2023	50	8
Escada	23/01/1973	22/01/2023	50	8
Pesqueira	15/03/1972	14/03/2022	50	7
Abreu e Lima	21/07/2011	20/07/2061	50	46
Sirinhaém	27/04/1972	26/04/2022	50	7
Timbaúba	17/10/1977	16/10/2027	50	12
Limoeiro	29/12/1977	28/12/2027	50	12
Taquaritinga	24/09/1973	23/09/2023	50	8
Araripina	16/04/1973	15/04/2023	50	8
Itamaracá	03/03/2011	02/03/2061	50	46
Lajedo	11/10/1973	10/10/2023	50	8
Bonito	30/01/1973	29/01/2023	50	8
São Bento	26/05/1972	25/05/2022	50	7
Lagoa Grande	06/05/2011	05/05/2061	50	46
Quixaba	25/02/2011	24/02/2061	50	46
Santa Filomena	21/02/2011	20/02/2061	50	46
Casinhas	25/02/2011	24/02/2061	50	46

1.2 Renovações dos Contratos de Concessões

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinaram por meio de Lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Com a aprovação da Lei Federal nº 11.445/2007, que estabeleceu as diretrizes do saneamento básico para as três esferas da federação, ficou definido que gestão associada é a associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal.

O atual regime jurídico, regulado pela Lei Federal nº 11.445/2007, concedeu aos municípios, titulares dos serviços de saneamento básico, o direito de delegar a prestação desses serviços *in verbis* conforme consta no art. 8º. "Os titulares dos serviços públicos de saneamento básico poderão delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços, nos termos do art. 241 da Constituição Federal e da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005".

Na medida em que a grande maioria dos municípios não possui condições de investir na ampliação e universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a Lei nº 11.445/2007 forneceu a segurança jurídica para que os municípios possam delegar esse serviço, através da gestão associada, e o prestador de tenha condições de ser remunerado pelos grandes investimentos que o saneamento básico necessita.

Foram renovados durante o exercício de 2011, por um prazo de 50 anos, os contratos de concessão dos seguintes municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Casinhas, Custódia, Dormentes, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Lagoa Grande, Moreno, Paulista, Quixaba, Santa Filomena, São Lourenço da Mata, Vertente do Lério e Vitória. Em 2012, foi renovado o contrato de concessão com o município de Olinda, por mais 50 anos, e aditivado o contrato de concessão com o município de Recife de forma que este apresente nesta data-base o prazo remanescente contratual de 35 anos.

Em 2015, não houve regularizações ou renovações de concessões. Esses municípios até o momento renovados representam em torno de 70% do faturamento anual. A Administração da Companhia continua trabalhando para a renovação da

totalidade dos contratos de concessão.

A Administração prevê que todos os contratos de concessão acima mencionados serão renovados ou resultarão em novos contratos, não havendo risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto para estes municípios ou queda relevante de receita.

1.3 Convênios de Cooperação

Em 29 de maio de 2005, a COMPESA celebrou com o Governo do Estado de Pernambuco e o município de Recife, com intervenção da ARPE, convênio de cooperação, que vigorará por prazo indeterminado, o qual tem como meta desenvolver contrato de programa para: (i) elevar o nível de atendimento dos serviços de abastecimento de água para 100% em até 20 anos; (ii) eliminar o racionamento de água tratada que independa do regime de chuvas no município de Recife no prazo de 10 anos; (iii) elevar o atendimento dos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários, no mínimo, de 80% e 60%, respectivamente, em até 20 anos; (iv) para que o programa de investimentos a ser apresentado pela operadora contemple o compromisso de metas, cujas ações anualmente serão explicitadas em nível operacional e serão suportadas por um planejamento empresarial com horizonte de 3 a 5 anos; (v) que aqueles municípios, os quais apresentem remuneração real acima de 10%, sejam contemplados com prioridade especial quando da universalização dos serviços.

Dando continuidade ao seu planejamento estratégico, a Companhia vem investindo na construção e recuperação de sistemas de água e esgoto, bem como na melhoria das redes de distribuição em diversas localidades, conforme demonstrado no quadro de investimento oriundo de recursos advindos do Controlador via adiantamentos para futuro aumento de capital.

1.4 Contrato de parceria público-privada (PPP)

Em 15 de fevereiro de 2013, foi assinado o contrato da parceria público-privada (PPP), nos termos da Lei nº 11.107/2005 - Concessão Administrativa, pelo Governo de Pernambuco e a COMPESA, esta na condição de concedente, para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato prevê investimento de cerca de R\$ 3,5 bilhões do parceiro privado e R\$ 1 bilhão da COMPESA e do tesouro do Estado de Pernambuco.

O programa prevê a implantação de 9 mil km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% nos próximos 12 anos a partir da assinatura do contrato.

O consórcio formado pelo Grupo Odebrecht e Lidemarc Construções, constitui a sociedade com propósito específico - SPE, Odebrecht Ambiental - O A (denominado Foz do Atlântico Saneamento S.A. até julho de 2014), o qual assinou o contrato de nº CTPS 13.1.059 em 15 de fevereiro de 2013, e teve dois anos a partir da assinatura da ordem de serviço, para recuperar todos os sistemas existentes, além de adequá-los de acordo com a legislação ambiental vigente, no prazo de cinco anos.

O contrato em pauta, já sofreu três aditivos, sendo o 1º datado de 15 de fevereiro de 2013, o 2º datado de 22 de julho de 2013 e o 3º datado de 8 de novembro de 2013. Os aditivos alteraram o nível de responsabilidade sobre os investimentos, configurando-se em 31 de dezembro de 2014 da seguinte forma: Sistemas de esgotamento sanitário sobre responsabilidade da Companhia: Bonança, Cabanga, Cordeiro, Galvão, Imbirêira, Itamaracá 2, Janga, Minerva, Moreno 1, Moreno 2, Nossa Senhora do Ó, Olinda, Paulista, Pelinhos e Porto de Galinhas. Sistemas de esgotamento sanitário sobre responsabilidade da Odebrecht Ambiental em 31 de dezembro de 2014: Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Caetés, Camaragibe, Curado, Goiana 1, Goiana 2, Goiana 3, Goiana 4, Goiana 5, Iburá, Igarassu 1, Igarassu 2, Itamaracá 3, Itapissuma, Jaboatão, Jardim São Paulo, Mangueira, Nova Cruz, Nova Descoberta, Parque Capibaribe, Ponte dos Carvalhos, Prazeres, São Lourenço.

Em 31 de dezembro de 2015, o Poder público se responsabilizava por 15 Sistemas e o Parceiro privado por 26. Os sistemas objeto do projeto de universalização estão distribuídos nos 14 Municípios que compõem a Região Metropolitana do Recife mais o município de Goiana que são os seguintes: Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Cabo de Santo Agostinho, Itamaracá, Araçoiaba, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Goiana.

Em conformidade com o contrato, o percentual máximo da receita obtida com a cobrança de tarifa de esgoto pela Companhia, a ser repassado no primeiro ano de vigência (julho de 2013 a junho de 2014) foi de 50% (cinquenta por cento), no segundo ano (julho de 2014 a junho de 2015) foi de 70% (setenta por cento) e a partir do terceiro ano (julho de 2015) de vigência do contrato, o consórcio vai receber 86,5%, para custear os gastos com operação, manutenção e investimentos, durante o prazo da concessão, sendo remunerado a uma TIR de 8,41%. Após os 35 anos de vigência do contrato, os serviços de esgotamento sanitário retornarão à Companhia.

1.5 Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Estão representados por adiantamentos, concedidos pelo acionista controlador, a serem aplicados em investimentos de ampliação, modernização e ampliação de unidades.

Em atendimento à Lei nº 6.307/1997, Decreto nº 1.628/98 e demais dispositivos legais que tratam sobre a execução da política governamental de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assim como a preservação e o aproveitamento público dos recursos hídricos do Estado de Pernambuco, para o exercício de 2015, foram aprovados investimentos no Programa Água para Todos, no Programa de Saneamento para Todos, na Gestão da Política de Ação da COMPESA e outros, perfazendo o montante de R\$ 574.546 (R\$ 634.092 em 2014), sendo R\$ 174.283 (R\$ 76.834 em 2014) de geração própria da Companhia e R\$ 400.263 (R\$ 557.258 em 2014) oriundos do acionista controlador. Deste montante, foram recebidos adiantamentos no total de R\$ 179.052 (R\$ 368.917 em 2014), creditados em conta-corrente e que serão incorporados ao capital, de maneira irrevogável e irretirável, no exercício seguinte, como vem sendo a prática.

Consoante nota de empenho do Governo do Estado, esses recursos foram aplicados em investimento de ampliação, construção e modernização das unidades nos seguintes municípios:

	31/12/2015	31/12/2014
Municípios		
Recife	31.357	105.047
Cabo Santo Agostinho	946	2.450
Ouricuri	3.036	1.009
Caruaru	11.168	4.646
Carpina	35	154
Ipojuca	15.090	3.096
Salgueiro	595	4.698
Jaboatão dos Guararapes	753	1.434
Barreiros	-	124
Nazaré da Mata	43	160
Iati	595	-
Bonito	-	45
Bom Conselho	19	160
Igarassu	30	382
Petrolina	741	24.429
Araripina	-	26
Serra Talhada	23	2.307
Moreno	49	8.336
São Caetano	2.383	1.354
Tamandaré	-	78
Palmeirina	516	-
Bezerros	3.175	1.223
Paudalho	188	420

	31/12/2015	31/12/2014
Municípios		
Riacho das Almas	102	33
Gravatá	1.509	1.744
Tacaimbó	22.592	544
São José do Belmonte	3	-
Paulista	2.506	2.549
Olinda	469	6.960
Garanhuns	11.304	5.552
Limoeiro	21	422
Escada	62	968
Agrestina	14	41
Bodocó	1.124	6.400
São Lourenço da Mata	153	-
Feira Nova	-	359
Taquaritinga do Norte	507	6
Pombos	-	21
Floresta	-	47
Tacaratu	2.867	448
Camaragibe	113	298
Ferreiros	80	414
Brejo da Madre de Deus	547	880
Cabrobó	-	415
Afrânio	-	145
Goiana	2.685	8.413
Vertente do Lério	3	-
João Alfredo	5	8
Toritama	275	169
São João	111	447
Timbaúba	5	305
Santa Maria do Cambucá	47	96
Ipubi	-	10
Pesqueira	7.583	4.493
Santa Cruz do Capibaribe	599	477
Vicência	351	30
Belo Jardim	4.423	589
Orobó	-	58
Quipapá	15	145
Sertânia	28	827
Chã Grande	86	383
São Vicente Ferrer	114	7.855
Águas Belas	2.946	105
Canhotinho	-	9
Aliança	1.158	29
Glória do Goitá	-	10
Orocó	29	-
Bom Jardim	229	409
Panelas	-	29
Itamaracá	653	1.562
Arcoverde	14.286	92.648
Rio Formoso	-	12
Caetés	-	742
Jurema	28	15
Afogados da Ingazeira	478	13.517
Palmeirina	-	814
Salão	3	-
Macaparana	7	-
Solidão	-	10
Casinhas	5	-
Terra Nova	-	2
Lajedo	5	115
Cupira	14	134
Triunfo	2	10
Calçado	-	11
Santa Filomena	-	75
Venturosa	7.995	257
Barra de Guabiraba	-	92
São Joaquim	-	1.083
Pedra	1.721	-
Buique	2.855	298
São José do Belmonte	-	11
Sanharó	3.983	6
Jupi	-	9
Chã de Alegria	-	2
Mirandiba	-	6
Parnamirim	4.994	18.298
Itapetim	5	184
Flores	-	75
Lagoa do Gato	-	19
Cumaru	92	38
Itaíba	1.307	31
Machados	19	-
Lagoa Grande	-	63
Jataúba	221	1.086
Tupanatinga	1.289	-
Surubim	863	9.596
Vitória de Santo Antão	630	736
Tabira	100	34
Jatobá	66	7.485
Lagoa do Carro	-	2
Araçoiaba	-	155
Buenos Aires	10	7
Tuparetama	-	3
Atalaia	784	20
Belém	-	146
Camuim de São Félix	-	5
Cachoeirinha	109	115
Petrolândia	-	3
Primavera	61	192
Betânia	106	1.727

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

Municípios	31/12/2015	31/12/2014
Itaquitinga	10	2
Vertentes	7	-
Quixabá	-	14
Jucati	-	69
Santa Maria da Boa Vista	764	-
Sirinhaém	6	162
São José do Egito	-	7
Carnaíba	76	8
Angelim	-	455
Abreu e Lima	8	123
Ribeirão	-	309
Condado	83	457
Lagoa de Itaenga	-	6
São José da Coroa Grande	-	81
Cedro	-	1.053
	179.052	368.917

Os investimentos distribuídos pelos municípios citados não foram objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

2. BASE DE PREPARAÇÃO**2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 29 de março 2015.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os investimentos são mensurados pelo valor justo;
- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como passivo do plano, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e de perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Aquelas estimativas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11** - Imobilizado (Expectativa de vida útil remanescente);
- **Nota 12** - Intangível (Valor recuperável do ativo, Contratos de concessão, Amortização e capitalização dos custos dos empréstimos);
- **Nota 16** - Passivo fiscal - corrente e diferido (reconhecimento, mensuração e expectativa de realização dos impostos diferidos);
- **Nota 19** - Provisão para perdas com processos judiciais (reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- **Nota 20** - Benefícios a empregados (mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais);
- **Nota 22** - Reconhecimento de receita (Operação e construção - mensuração e classificação da receita);
- **Nota 29** - Questões ambientais (avaliação e estimativas de provisão para perdas)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou consistentemente as práticas contábeis descritas nas notas explicativas a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Apuração dos resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

3.2. Instrumentos financeiros**(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os ativos e passivos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recebíveis e outros investimentos.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros créditos a receber. Outros investimentos estão mensurados a valor justo de instrumento financeiro classificado por meio do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente redutor das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, depósitos e retenções contratuais, consignações a recolher, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

(iv) Capital social**Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As preferências têm direito a um dividendo 10% superior ao pago aos detentores de ações ordinárias.

3.3. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Quando os estoques são aplicados no processo de construção de ativos, o custo médio desses itens é reconhecido como "Contratos de construção" (intangível) do período (mês) em que a respectiva baixa é reconhecida.

3.4. Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação dos ativos é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada para os períodos correntes encontra-se apresentada na Nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

3.5. Ativos intangíveis**Contratos de concessão de serviços**

A Companhia tem direito de operar a infraestrutura concedida, em conformidade com os contratos de concessão, que, por sua vez, são contabilizados como intangível. Assim sendo, a CompeSA tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores finais) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços. A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo amortizado, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas (quando existentes).

Outros ativos intangíveis

Os demais ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da despesa de amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumuladas.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual, quando este está disponível para o uso.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou prazo remanescente de contrato de concessão, dos dois o menor, a partir da data em que os intangíveis estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas são as seguintes:

- Licença de uso de software: 10 anos
- Contratos de concessão de serviços: 50 anos

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar ao público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment**Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o

não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros excluem os estoques, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

3.7. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota explicativa 13. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis.

Custos de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição ou construção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros médios e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

3.8. Benefícios a empregados**Plano de benefício definido**

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha, cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). A medida que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em ORA - Outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Foram classificadas nesta categoria os benefícios pós-emprego com o plano de previdência (COMPESA-PPREV), o plano de assistência à saúde (COMPESA-SAUDE) e o Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA e PIA especial). A Companhia enquadrar o PIA como benefício pós-emprego uma vez que um dos requisitos para sua elegibilidade e concessão está condicionado à existência de tempo mínimo de vínculo empregatício com a COMPESA.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago por participação nos resultados se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Administração da Companhia provisionou a participação de funcionários no resultado em função do atingimento das metas preestabelecidas.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.10. Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender às obrigações do contrato.

A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. A Companhia reconhece, antes de constituir a provisão, qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor em ativos relacionados com aquele contrato.

3.11. Receita

Serviços

Quando a receita da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto são confiavelmente estimadas, a receita associada à transação é reconhecida tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, quando a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, quando as despesas incorridas com a transação, assim como as despesas para concluí-la, puderem ser confiavelmente mensuradas e quando o valor da receita operacional puder ser mensurado de maneira confiável.

Contratos de concessão de serviços

A Companhia efetua as obras de expansão e melhorias (aumento da capacidade produtiva) em sistemas de água e esgoto e considera como custo de construção o valor incorrido nessas obras.

A respectiva receita de construção é reconhecida, em igual montante ao custo, com base no valor físico das obras, mantendo a margem de lucro esperada (zero).

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Contratos de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo, o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado à medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.12. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, aplicações financeiras, contas a receber e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As receitas de juros de aplicações financeiras temporárias, oriundas de empréstimos, estão deduzidas do custo dos juros capitalizáveis.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Juros de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de Renda

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia calculava o imposto de renda com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano para imposto de renda.

Imunidade Tributária do imposto de renda

Vide informações na nota explicativa 16, item 16.3.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A contribuição social do exercício é calculada com base nas alíquotas de 9% sobre o lucro tributável, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real ou o prejuízo fiscal acumulado. A despesa com contribuição social compreendida dos tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.14. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas. A Companhia está apresentando a DVA de forma opcional.

4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Algumas normas emitidas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2015, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de

perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from contracts with customers (receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

• Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)

• Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 – várias normas

• Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a esta norma.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos - Conta movimento	-	6.780
Depósitos bancários vinculados	15.316	8.268
Aplicações financeiras	25.154	101.291
	40.470	116.339

Composição das aplicações financeiras:

Tipo de aplicação	Taxa	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de investimento	99% a 67% a.a.	6.756	54.493
CDB	97% a 55% a.a.	18.398	46.798
		25.154	101.291

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias que correspondem a 87,07% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) (89,9% em 2014). Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de aplicações financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.

Uma análise sobre os riscos de crédito e mercado está apresentada na nota explicativa nº 31.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	1.030.905	-	1.030.905
Provisão pl créditos de liquidação duvidosa	(608.093)	-	(608.093)
Outros Créditos (a)	(21.787)	-	(21.787)
Órgãos públicos	67.407	-	67.407
	468.432	-	468.432
Parcelamentos (b)	31.844	29.438	61.282
Parcelamentos - ajuste a valor presente	-	-	-
Financiamentos (c)	2.985	10.561	13.546
	34.829	39.999	74.828
	503.261	39.999	543.260

	31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	948.815	-	948.815
Provisão pl créditos de liquidação duvidosa	(579.951)	-	(579.951)
Outros Créditos (a)	(17.637)	-	(17.637)
Órgãos públicos	48.544	-	48.544
	35.142	29.737	64.879
Parcelamentos - ajuste a valor presente	(868)	(232)	(1.100)
Financiamentos (c)	3.952	11.098	15.050
	38.226	40.603	78.829
	438.997	40.603	479.600

(a) Refere-se a créditos a realizar, recebimentos não identificados e arrecadação a discriminar.
(b) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso
(c) Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.

	31/12/2015	31/12/2014
A Vencer:		
Faturas de água e esgotos	133.522	122.800
Parcelamentos (a)	61.282	65.390
Financiamentos (b)	13.546	14.619
	208.350	202.809

Vencidas:

Até 30 Dias	53.509	46.799
De 31 a 60 Dias	29.247	22.343
De 61 a 90 Dias	23.273	17.002
Mais de 90 Dias	228.881	191.946
	334.910	278.090

Ajuste a valor presente	-	(1.100)
Total (circulante e não circulante)	543.260	479.600
Circulante	503.261	438.997
Não circulante	39.999	40.603

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo inicial	597.588	577.307
Recuperação de PCLD	(60.470)	(54.405)
Perda do exercício	70.180	71.166
Provisão para perda	60.515	57.830
Reversão de PCLD	(59.720)	(54.310)
Saldo Final	608.093	597.588

6.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber é calculada tendo como base a expectativa de perda efetiva, para os clientes particulares e públicos, inclusive sendo baixada quando atingido o prazo prescricional (10 anos). Considera-se para alguns clientes públicos um baixo risco de perdas, em virtude da compensação dos atrasos nas faturas em serviços, sendo estas resarcidas via serviços de pavimentação de rua, mediante convênios assinados com as prefeituras.

Leva-se em consideração o prazo decorrido por tipo de cliente e valor da fatura para análise individualizada, que considera o histórico e expectativa futura dos consumidores inadimplentes.

6.2 Restrições contratuais

Foram dados em garantia de empréstimos, direitos creditórios, debêntures, conforme segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa Econômica Federal	2.000	1.857
Banco do Nordeste do Brasil	1.715	1.715
BNDES	34.640	26.600
FIDC	15.000	15.000
	53.355	45.172

6.3 Ajuste a valor presente

A Companhia reconheceu o ajuste a valor presente a taxas que variam de 0,5 a 2% a.m. sobre os parcelamentos de dívidas de clientes com os respectivos juros embutidos em cada parcela, sendo reconhecido em sua totalidade no exercício de 2015 (R\$ 1.100, no exercício de 2014). Tal registro foi efetuado em Contas a receber de clientes - Parcelamentos e Receita financeira - Ajuste a valor presente de clientes. Uma análise sobre os riscos de crédito e mercado está apresentada na nota explicativa nº 31.

7. ESTOQUES

	31/12/2015	31/12/2014
Material de operação e manutenção	22.284	22.421
Material de tratamento químico	1.472	339
Outros materiais	142	68
	23.898	22.828

8. ATIVO FISCAL - CORRENTE E DIFERIDO

	31/12/2015		31/12/2014	
Corrente	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Imposto de renda a recuperar	13.402	-	10.805	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	14.526	-	11.501	-
COFINS a recuperar	2.232	-	2.678	-
PIS a recuperar	432	-	569	-
INSS a recuperar	631	-	626	-
Outros	308	-	319	-
	31.171	-	26.498	-
Diferido				
IRPJ diferido	-	4.162	-	4.163
CSLL diferido	-	-	-	642
	-	4.162	-	4.805
	31.171	4.162	26.498	4.805

O imposto de renda e contribuição social diferidos são decorrentes dos ajustes de provisão atuarial, incidentes sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1), conforme nota explicativa nº 16.

9. CONVÊNIOS E OUTROS INVESTIMENTOS

9.1 Circulante

	31/12/2015	31/12/2014
Execução de obras - com Prefeituras e Órgãos Estaduais e Federais (i)	81.527	61.344
Custos a serem ressarcidos - órgãos Federais, Estaduais e Municipais	7.123	6.443
Outros	997	996
	89.647	68.783

(i) Os contratos de execução de obras são decorrentes de convênios de cooperação técnica em saneamento básico, sendo celebrados com os seguintes municípios e órgãos estaduais:

	31/12/2015	31/12/2014
Prefeitura do Recife - SANEAR	66.401	49.744
Prefeitura de Petrolina	3.287	3.287
Prefeitura de Caruaru	437	437
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.244	2.244
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	1.913	1.913
Outros	7.245	3.719
	81.527	61.344

Prefeitura do Recife-SANEAR

Entre os exercícios de 2010 a 2012, foram realizadas prestações de contas do Convênio SANEAR, o qual tinha por objeto a execução de obras relacionadas com a prestação de serviço de água e esgotamento sanitário. Contudo, quando da aceitação da obra pela equipe da Compesa, esta identificou a necessidade de adequações técnicas. Até a presente data, não houve uma solução para este assunto, contudo a Administração da Companhia nomeou uma equipe de trabalho para solucionar o impasse. A equipe da COMPESA solicitou adequações ao SANEAR e está aguardando a realização destas. Em 2015, houve liberação de repasse à SANEAR perfazendo o montante de R\$ 16.657.

9.2 Não Circulante - Outros Investimentos

	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos bancários - Conta convênio	718	13
Aplicações financeiras - Convênio (i)	5.440	6.691
Aplicações financeiras - Garantia banco (ii)	15.171	14.944
Títulos e valores mobiliários (iii)	10.515	9.186
	31.844	30.834

(i) O valor de R\$ 5.440 (R\$ 6.691 em 2014) refere-se à aplicação de verba recebida de convênios passivos vinculados a aplicações financeiras.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

(ii) O valor de R\$ 15.171 (R\$ 14.944 em 2014) decorre de reserva oferecida como garantia de debêntures, comentada na Nota Explicativa nº 15.
(iii) O valor de R\$ 10.515 (R\$ 9.186 em 2014) decorre de investimento da Companhia em Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - COMPESA, conforme cláusula contratual, vide nota explicativa nº 13.

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores e adiantamento de 13º salário aos empregados da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos a fornecedores	7.908	994
Adiantamento participações empregados	3.248	1.589
Outras	709	879
	11.865	3.262

11. IMOBILIZADO

11.1 Composição

	31/12/2015	31/12/2014
	Custo	Depreciação Acumulada
Edificações	59	(10)
Terrenos	3.970	-
Bens de uso geral	66.097	(45.490)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	19.216	(6.726)
Computadores e periféricos	18.952	(9.602)
Telefonia / comunicação	1.169	(518)
Material hidráulico	17	(8)
Ferramentas de manutenção	94	(53)
Bens de segurança	105	(69)
Eletrodoméstico	917	(460)
Móveis e utensílios	4.552	(2.915)
Veículos	8.398	(6.366)
Imobilizado – obras em andamento	22.426	2
	145.972	(72.215)
		Valor Líquido
Edificações	59	49
Terrenos	3.970	3.970
Bens de uso geral	66.097	20.607
Máquinas, aparelhos e equipamentos	19.216	12.490
Computadores e periféricos	18.952	9.350
Telefonia / comunicação	1.169	651
Material hidráulico	17	9
Ferramentas de manutenção	94	41
Bens de segurança	105	36
Eletrodoméstico	917	457
Móveis e utensílios	4.552	1.637
Veículos	8.398	2.032
Imobilizado – obras em andamento	22.426	22.428
	145.972	73.757

	31/12/2014	31/12/2015
	Custo	Depreciação Acumulada
Edificações	58	(7)
Terrenos	3.739	-
Bens de uso geral	52.264	(39.940)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	18.119	(4.890)
Computadores e periféricos	11.867	(7.391)
Telefonia / comunicação	653	(427)
Material hidráulico	17	(6)
Ferramentas de manutenção	92	(35)
Bens de segurança	103	(61)
Eletrodoméstico	848	(387)
Móveis e utensílios	4.499	(2.584)
Veículos	21.491	(10.669)
Imobilizado – obras em andamento	23.816	-
	137.566	(66.397)
		Valor Líquido
Edificações	58	51
Terrenos	3.739	3.739
Bens de uso geral	52.264	12.324
Máquinas, aparelhos e equipamentos	18.119	13.229
Computadores e periféricos	11.867	4.476
Telefonia / comunicação	653	226
Material hidráulico	17	11
Ferramentas de manutenção	92	57
Bens de segurança	103	42
Eletrodoméstico	848	461
Móveis e utensílios	4.499	1.915
Veículos	21.491	10.822
Imobilizado – obras em andamento	23.816	23.816
	137.566	71.169

11.2 Movimentação dos custos do imobilizado

	31/12/2015	31/12/2014
	Saldo Inicial	Saldo Final
Custo		
Máquinas, aparelhos e equipamentos	18.119	20.310
Computadores e periféricos	11.867	18.655
Telefonia / comunicação	653	1.168
Material hidráulico	17	17
Ferramentas de manutenção	92	94
Bens de segurança	103	105
Eletrodoméstico	848	917
Móveis e utensílios	4.499	4.552
Veículos	21.491	26.458
Edificações	58	59
Terrenos	3.739	3.739
Bens de uso geral	52.264	67.193
Total do custo	113.750	143.608
Imobilizado - obras em andamento	23.816	2.363
Total imobilizado	137.566	145.972

	31/12/2014	31/12/2015
	Saldo Inicial	Saldo Final
Custo		
Máquinas, aparelhos e equipamentos	12.463	18.119
Computadores e periféricos	9.260	11.867
Telefonia / comunicação	638	653
Material hidráulico	17	17
Ferramentas de manutenção	84	92
Bens de segurança	99	103
Eletrodoméstico	803	848
Móveis e utensílios	3.971	4.499
Veículos	8.437	21.491
Edificações	26	58
Terrenos	3.039	3.739
Bens de uso geral	66.150	52.264
Total do custo	104.987	137.566
Imobilizado - obras em andamento	5.802	23.816
Total imobilizado	110.789	161.382

Algumas adições no imobilizado não transitaram por caixa, no montante de R\$ 110 (R\$ 28 em 2014), e as transferências foram entre as contas do imobilizado, intangível e estoque.

Movimentação da Depreciação

	31/12/2015	31/12/2014
	Taxas (a.a.)	Saldo Inicial
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(4.890)
Computadores e periféricos	20	(7.392)
Telefonia e comunicação	20	(427)
Material hidráulico	20	(6)

Ferramentas de manutenção	20	(35)
Bens de segurança	10	(61)
Eletrodoméstico	10	(387)
Móveis e utensílios	10	(2.584)
Veículos	20	(5.106)
Edificações	4	(7)
Bens de uso geral	3	(45.502)
Total		(66.397)

	31/12/2014	31/12/2015
	Taxas (a.a.)	Saldo Inicial
Depreciação /taxas (a.a.)		
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10	(3.501)
Computadores e periféricos	20	(6.125)
Telefonia e comunicação	20	(322)
Material hidráulico	20	(4)
Ferramentas de manutenção	20	(18)
Bens de segurança	10	(52)
Eletrodoméstico	10	(316)
Móveis e utensílios	10	(2.236)
Veículos	20	(3.906)
Edificações	4	(6)
Bens de uso geral	3	(45.549)
Total depreciação		(62.035)

Depreciação
Foi apropriado no resultado do exercício o montante líquido de R\$ 2.098 (R\$ 591 em 2014) de despesa com depreciação. Sendo R\$ 5.929 (R\$ 4.358 em 2014) de despesa com depreciação e R\$ 3.831 (R\$ 3.767 em 2014) de recuperação por crédito de Pis/Cofins-Depreciação.

Garantias

Não existem bens oferecidos em garantia de obrigações contratadas.

12. INTANGÍVEL

12.1 Composição

	31/12/2015	31/12/2014
	Custo	Amortização Acumulada
Contratos de concessões	4.863.430	(573.909)
Contratos de concessões - PPP	324.947	-
Direitos de uso de softwares	32.958	(1.878)
	5.221.335	(575.787)
		Valor Líquido
Contratos de concessões	4.863.430	4.289.521
Contratos de concessões - PPP	324.947	324.947
Direitos de uso de softwares	32.958	31.079
	5.221.335	4.645.547

Contratos de concessões - PPP

A COMPESA e a Odebrecht Ambiental, sociedade de propósito específico, assinaram em 15 de fevereiro de 2013, o contrato da Parceria Público-Privada para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana. O contrato de prestação de serviços tem prazo de 35 anos, com o propósito de implantação de 9.000 km de redes de esgoto, beneficiando 3,7 milhões de pessoas e aumentando a cobertura de esgoto na região de 30% para 90% nos próximos 10 anos, cuja operação iniciou em julho de 2013.

Garantias

Não existem bens oferecidos em garantia de obrigações contratadas.

Contratos de Concessões

Destes total em 2015, R\$1.962.213 e R\$ 2.358.263 referem-se a intangível em operação e intangível relacionado a obras em andamento, respectivamente. O cálculo de impairment é feito tendo como base os ativos em operação e apresentam suficiência de bens de 70% em relação aos bens operacionais. A Companhia também estima o impairment do ativo relativo a obras em andamento, tendo como base os ativos que já geram receita. Ao longo de 2016, a Companhia espera concluir estudos de reavaliação e levantamento do imobilizado e intangível, que busca reconfirmar os saldos ora divulgados.

Custos dos empréstimos capitalizados

Os encargos financeiros dos financiamentos aplicados na construção de ativos foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo, perfazendo o montante de R\$ 2.822 (R\$ 3.835, em 2014).

Compromissos contratuais

De acordo com os dispositivos contratuais (Convênios de Cooperação e outros), a Companhia está impedida de oferecer bens vinculados à concessão em garantia; esta se encontra obrigada a cumprir com o regulamento geral de fornecimento de água e coleta de esgoto e deve atender ao programa de investimento com o objetivo de atingir a universalização dos serviços.

12.2 Movimentação

	31/12/2015	31/12/2014
	Taxa de Amortização % a.a.	Saldo Inicial
Contratos de concessões		
Custo	4.597.002	266.552
Amortização	2%	(529.612)
	4.067.390	222.255
Contratos de concessões - PPP		
Custo	142.616	182.331
Amortização	-	-
	142.616	182.331
Softwares e direitos de uso		
Custo	27.320	5.637
Amortização	10%	(1.265)
	26.055	5.024
	4.236.061	409.610

	31/12/2014	31/12/2015
	Taxa de Amortização % a.a.	Saldo Inicial
Contratos de concessões		
Custo	3.939.234	657.768
Amortização	2%	(486.581)
	3.452.653	614.737
Contratos de concessões - PPP		
Custo	33.037	109.579
Amortização	-	-
	33.037	109.579
Softwares e direitos de uso		
Custo	23.017	4.303
Amortização	10%	(789)
	22.228	3.514
	3.507.918	728.143

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2015	31/12/2014
	Circulante	Não Circulante
Banco do Brasil - FIDC	(a) 15.000	117.500
Caixa Econômica Federal	(b) 2.096	2.651
Caixa Econômica Federal	(c) 8.333	16.667
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	(d) 4.255	20.283
	29.684	157.101

(a) A Companhia captou recursos por meio de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através do Banco do Brasil - Investimentos (Coordenador). O FIDC Compesa possui como característica básica a cessão dos direitos creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus de titularidade da COMPESA, oriundos da prestação de serviços de saneamento básico a seus usuários.

O fundo tem prazo de duração determinado, encerrando-se em maio de 2022. A primeira emissão foi em maio de 2015 com prazo de amortização de 96 meses, incluídos 6 meses de carência, a amortização iniciou em novembro de 2015. Será remunerado à taxa de CDI + 2,85% a.a.

A estrutura do patrimônio líquido do Fundo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 141.052, composto por cotas seniores detidas por terceiros, investidor institucional, que totalizam R\$ 132.753 e por cotas subordinadas adquiridas pela Companhia que perfazem R\$ 10.574, que representa 7% do patrimônio do Fundo. A diferença entre as cotas seniores e o patrimônio do Fundo foi lançada no balanço como aplicação própria em títulos e valores mobiliários, pois será usado recurso financeiro captado para a compra das cotas subordinadas.

O Balanço Patrimonial, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2015, do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) segue representado abaixo:

	31/12/2015	31/12/2014
	ATIVO	ATIVO
Circulante Realizável a Longo Prazo		
Disponibilidades	11	11
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.574	9.244
Operações de crédito	132.753	147.742
Outros valores e bens	13	-
Compensação	12	12
Total geral do ativo	143.363	157.009
	PASSIVO	PASSIVO
Circulante Exigível a Longo Prazo		
Provisão para pagamentos a efetuar	45	28
Valores a pagar a sociedade administradora	38	42
Capital social	141.052	156.052
Lucros (prejuízos) acumulados	2.228	887
Total geral do passivo	143.363	157.009

Fonte: Site CVM (Comissão Valores Mobiliários) - Adaptado, valores em milhares

(b) Refere-se a contratos de financiamento para aplicação nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes sofrem atualizações monetárias com base na Taxa Referencial de Juros (TR), que variou 1,80% em 2015 (0,86% em 2014), mais juros que variam de 5% a 8% a.a. A taxa de risco é de 1% a.a. sobre os saldos dos contratos, e os prazos de amortizações findam em 2018. Não existem em 31 de dezembro de 2015 e 2014 parcelas de amortização em atraso. Os financiamentos estão garantidos por recebíveis de clientes em 200% da parcela mensal.

(c) Refere-se a empréstimo para aplicação nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em 6 de julho de 2012, foi assinado contrato de renegociação da dívida, tendo o novo contrato com vencimento em 6 de julho de 2016, incidência de juros remunerados à Taxa de 100% CDI CETIP + 0,30% a.m. com prazo de amortização de 48 meses e carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização iniciou em 6 de agosto de 2014. O valor contratado foi de R\$ 25.000, sendo R\$ 11.000 destinados ao capital de giro e R\$ 14.000 para investimentos. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios de recebíveis de clientes.

(d) Refere-se a contrato de financiamento para aplicação em saneamento básico, referente ao Projeto de Loteamento Turístico das Praias do Paiva e Itapuanã no município do Cabo de Santo Agostinho. Possui carência de três anos com pagamento de juros trimestral, amortização a partir de 21 de outubro de 2012 e vencimento em 21 de setembro de 2021 (108 meses) e taxa efetiva de juros de 10,00% a.a. Foi oferecida como garantia cessão de vinculação de recebíveis no montante correspondente a duas parcelas (principal + juros) e como fundo de liquidez o valor de três parcelas. Adicionalmente, a Companhia deverá manter seguro de cobertura para conclusão de obras. O total do investimento no projeto será de R\$ 53.923, sendo R\$ 10.785 com utilização de recursos próprios e R\$ 43.138 oriundos do programa FNE-PROINFRA via BNB. Até a data de 31 de dezembro de 2015, foram liberados recursos no montante de R\$ 24.538.

O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

	31/12/2015	31/12/2014
Vencimento		
2015	-	15.450
2016	-	28.440
2017	20.257	27.955
2018	27.807	30.560
2019 em diante	109.037	83.390
	157.101	185.795

Os encargos financeiros dos financiamentos aplicados na construção de ativos (intangível, anteriormente classificado como imobilizado) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

14. FORNECEDORES

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores de materiais	(a) 16.319	48.506
Prestadores de serviços	(b) 52.147	36.767
Empreiteiros de obras	(c) 24.999	24.848
Fornecedor de energia elétrica	27.169	22.718
Outros	16.953	9.484

(a) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para a implantação da Adutora do Agreste.

(b) Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a Odebrecht Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidrometração, corte e religação.

(c) Corresponde à prestação de serviço de construção através de empreiteiras para viabilização dos projetos de investimento da Companhia.

15. DEBÊNTURES

15.1 Debêntures I

Até 31 de dezembro de 2015, o BNDES havia subscrito 8.100 debêntures, sendo 1.000 em 2014, 3.000 em 2012, 3.000 em 2011, 520 em 2010 e 480 em 2009, conforme demonstrado a seguir:

Contrato	Taxas	Quantidade	Circulante	Não Circulante
Debêntures I				
07.211.101/017	TJLP +2,44 a.a.	118	902	2.803
07.211.101/025	TJLP +2,44 a.a.	73	558	1.734
07.211.101/033	TJLP +2,44 a.a.	140	1.070	3.322
07.211.101/041	TJLP +2,44 a.a.	149	1.139	3.536
07.211.101/050	TJLP +2,44 a.a.	304	2.323	7.222
07.211.101/068	TJLP +2,44 a.a.	91	695	2.162
07.211.101/076	TJLP +2,44 a.a.	125	973	3.022
		1.000	7.660	23.801

11.200.491/011	TJLP +2,51 a.a.	3.000	6.461	26.397
11.200.491/038	TJLP +2,51 a.a.	1.100	8.600	35.243
11.600.051/027	9,78% a.a. + IPCA	3.000	-	54.539
		7.100	15.061	116.179
		8.100	22.721	139.980

Contrato	Taxas	Quantidade	Circulante	Não Circulante
----------	-------	------------	------------	----------------

Debêntures I				
07.211.101/017	TJLP +2,44 a.a.	118	906	3.666
07.211.101/025	TJLP +2,44 a.a.	73	560	2.268
07.211.101/033	TJLP +2,44 a.a.	140	1.075	4.349
07.211.101/041	TJLP +2,44 a.a.	149	1.144	4.629
07.211.101/050	TJLP +2,44 a.a.	304	2.333	9.444
07.211.101/068	TJLP +2,44 a.a.	91	699	2.827
07.211.101/076	TJLP +2,44 a.a.	125	977	3.953
		1.000	7.694	31.136

Debêntures II				
11.200.491/011	TJLP +2,51 a.a.	3.000	6.223	32.776
11.200.491/038	TJLP +2,51 a.a.	1.100	8.298	43.701
11.600.051/027	9,78% a.a. + IPCA	3.000	-	57.482
		7.100	14.521	133.959
		8.100	22.215	165.095

Em 31 de março de 2008, foi firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o contrato de subscrição particular de emissão de 1.000 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações. Em 15 de fevereiro de 2008, foram emitidas debêntures no valor de R\$ 69.211. O BNDES adquiriu a totalidade das debêntures.

Os referidos títulos são atualizados pela TJLP, mais juros de 2,44% a.a. O prazo de subscrição integral foi até 15 de agosto de 2010. Esta teve carência para pagamento até 15 de setembro de 2010.

O contrato estabelece o total de 114 prestações mensais e sucessivas, o vencimento da primeira parcela ocorreu no dia 15 do mês subsequente ao prazo de término da carência e o vencimento final dar-se-á em 15 de março de 2020. As debêntures estão garantidas por recebíveis de clientes e conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à maior prestação de amortização do principal e acessório da dívida decorrente das debêntures. A conta reserva corresponde a uma aplicação financeira em conta corrente não movimentada pela Companhia em títulos do Tesouro Nacional, em fundos por eles lastreados ou, ainda, em títulos de emissão do próprio banco.

Os títulos foram emitidos com os seguintes objetivos: (i) Estruturação e modernização da gestão dos escritórios locais; (ii) Implantação de um sistema de gestão empresarial (ERP); (iii) Implantação do sistema de informação, supervisão e controle em tempo real (SIGA); (iv) Instalação e substituição de hidrômetros; e (v) Melhoria da gestão de suprimentos.

15.2 Promessa de Subscrição de debêntures - Debêntures II

Em 17 de maio de 2011, a Companhia celebrou novo contrato de promessa de subscrição (10.000 debêntures simples e nominativas), sendo a primeira série de colocação do BNDES, a segunda de colocação do BNDESPAR e a terceira do BNDES, no valor total de R\$ 144.000 para serem investidos em seu desenvolvimento institucional e operacional, bem como na implantação, ampliação e modernização dos seus sistemas de abastecimento de água e esgoto nas áreas de concessão. Sobre o principal incidem juros de 2,51% acrescidos da TJLP. Como garantias, foram oferecidos direitos creditórios ou direitos emergentes de contratos de programas e de concessão celebrados com os municípios de Recife e Olinda, direitos creditórios detidos na conta Reserva, conta vinculada e na conta pagamento IPCA ao BNDES. As debêntures têm prazo de carência de 36 meses a contar da data de emissão, e suas formas de amortização variam em decorrência das séries de emissão.

15.3 Cláusulas restritivas

Em decorrência da operação de debêntures contratada no BNDES, a Companhia encontra-se impedida de efetuar, sem a anuência da instituição financeira, a alienação de bens vinculados à concessão (classificados no intangível) em valor acima de R\$ 50.000, bem como deverá manter índices econômico-financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O não cumprimento desses índices implica a Companhia oferecer garantias adicionais à instituição ou vencimento antecipado das debêntures.

Os debenturistas podem declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na ocorrência das seguintes principais eventuais:

- (1) Vencimento antecipado ou condenação judicial de quantia à vista superior a R\$ 20 milhões ou em 12 meses superior a R\$ 40 milhões;
- (2) Descumprimento dos índices financeiros estabelecidos em contrato;
- (3) Redução do quadro de pessoal sem anuência do debenturista;

- (4) Perda de concessão que comprometa a capacidade de pagamento;
- (5) Inclusão em acordo societário ou estatuto de dispositivos que cerceiem o controle da Companhia pelo seu Controlador (Governo do Estado).

Pelo contrato de subscrição, os debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas as debêntures, exigindo sua liquidação imediata, acrescida de juros e encargos, na hipótese de perda de concessão que possa comprometer a capacidade de pagamento da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atendeu aos índices contratuais e a Administração não tem conhecimento de nenhum descumprimento de obrigação contratual que possa resultar em antecipação da dívida.

15.4 Cronograma de vencimento

Apresentamos, a seguir, o cronograma de desembolsos que deverá ser cumprido pela Companhia:

Vencimento	31/12/2015	31/12/2014
2015	-	29.865
2016	18.989	31.168
2017	20.152	36.463
2018	29.132	67.599
2019 em diante	71.707	-
	139.980	165.095

16. PASSIVO FISCAL CORRENTE E DIFERIDO

	31/12/2015	31/12/2014
	Circulante	Não Circulante
Tributos Próprios		
Corrente:		
COFINS e PIS	7.844	-
ICMS	24.649	-
CSLL	3.966	-
Outros tributos a recolher	3	-
Parcelamento - outros	101	158
	36.563	33.273

Tributos retidos de terceiros		
Corrente:		
IRRF	2.090	-
Contribuições sociais (PIS/COFINS/CSLL)	801	-
ISS	6.265	-
INSS	1.466	-
	10.622	-

Passivo fiscal - corrente	47.185	158	45.979	45
Tributos próprios				
Diferido:				
PIS	1.190	-	798	-
COFINS	5.484	-	3.676	-
IRPJ	-	19.249	-	19.249
CSLL	-	16.080	-	10.339
CSLL (AAP)	-	84	-	-
Passivo fiscal - diferido	6.674	35.413	4.474	29.588
	53.859	35.571	50.453	29.633

16.1 Passivo fiscal - corrente

PIS e COFINS a recolher

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS) e totalizam no exercício de 2015 R\$ 7.844 (R\$ 7.004, em 2014).

ICMS a recolher

A Companhia é sujeito passivo da obrigação tributária cujo fato gerador é o recebimento de mercadoria proveniente de fornecedores de outros estados, obrigação esta referente ao diferencial de alíquota interestadual que totalizou R\$ 24.649 (R\$ 22.745 em 2014). Entretanto, conforme Decreto 41.575 de 30 de março de 2015, a Companhia se tornou isenta do referido imposto.

ISS retido de terceiros a recolher

A Companhia retém, sobre o valor a pagar a terceiros, valores referentes à Imposto sobre Serviços (ISS) que totalizam no exercício de 2015 R\$ 6.265 (R\$ 6.821 em 2014).

16.2 Passivo fiscal - diferido

PIS e COFINS a recolher

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento do Seguro Social (COFINS), pelo regime de competência, sobre diferenças de bases fiscais de faturamento a órgãos governamentais, as quais são tributáveis quando as vendas são liquidadas. Essas diferenças são contabilizadas em PIS a recolher - diferido e COFINS a recolher - diferido.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme previsto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando a receita ou a despesa estão incluídas no lucro contábil do exercício, mas estão incluídas no lucro tributável (prejuízo fiscal) em exercício diferente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e a contribuição social foram realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Resultado	31/12/2015	31/12/2014
Receitas de construção	384.412	713.139
Ajuste a valor presente	889	2.610
Receitas	385.301	715.749
Provisão benefício a empregado	(1.266)	(4.610)
Provisão - Atualização atuarial	(10.524)	(7.652)
Recuperação das Contraprestações realizadas a PPP	25.842	17.273
Custo de construção	(384.412)	(713.139)
Amortização	(44.297)	(43.035)
Depreciação	93.141	89.492
Despesas	(321.516)	(661.671)
Base de cálculo dos tributos diferidos	63.785	54.078
CSLL diferida - 9%	(5.741)	(4.867)
Total geral	(5.741)	(4.867)

A movimentação do Passivo Fiscal ficou assim:

	31/12/2015	31/12/2014
	Saldo Inicial	Resultado
Diferido		
IRPJ	19.249	-
CSLL	10.339	5.741
	29.588	5.741

	31/12/2014	31/12/2013
	Saldo Inicial	Resultado
Diferido		
IRPJ	19.249	-
CSLL	5.472	4.867
	24.721	4.867

16.3 Imunidade tributária

A Companhia entende que se enquadra em tais requisitos, inclusive de acordo com assessores jurídicos externos no tema da Imunidade Tributária Recíproca, julgada pelo Supremo Tribunal Federal para sociedade de economia mista e sua aplicabilidade no serviço de água e esgoto.

Nesse sentido, a Compesa ajuizou ação requerendo o reconhecimento da referida imunidade tributária no âmbito da União, do Estado e dos Municípios. A 12ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco deferiu Tutela Antecipada nos Autos do Processo nº 0802796-27.4.05.800, determinando a suspensão da exigibilidade do Imposto de Renda cobrado pela União.

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, a Assessoria Jurídica que acompanha a causa avaliou como remota a possibilidade de perda para a Compesa. Diante do que foi exposto, em 2015 a COMPESA suspendeu o pagamento do Imposto de Renda Estimativa mensal e deixou de fazer o reconhecimento da Provisão. O efeito em 2015 no resultado seria de R\$ 10.036 (R\$ 7.808 em 2014). Seguindo os mesmos critérios para o não reconhecimento, a COMPESA deixou de reconhecer como IR Diferido e respectivo passivo o valor de R\$ 15.922 (R\$ 13.496 em 2014).

A Imunidade Tributária acima descrita não contempla a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Essa despesa compreende os tributos correntes e diferidos, ambos reconhecidos no resultado.

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	31/12/2015	31/12/2014
Participação no resultado	12.939	15.382
Provisão para férias	18.419	17.095
INSS a recolher	4.707	4.302
Salários a pagar	1.732	1.634
FGTS a recolher	1.523	1.397
Valores a pagar COMPESAPREV	1.476	1.497
Valores a pagar COMPESASAÚDE	2.314	2.028
SESI/SENAI a recolher	369	334
Outros	2.080	1.424
	45.559	45.093

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2015	31/12/2014
	Circulante	Não Circulante
Confissão de dívida com COMPESAPREV	(18.1) 9.852	43.385
Confissão de dívida com COMPESASAÚDE	(18.2) 23	1.556
Prefeitura de Petrolina	(18.3) 1.057	512
Convênios (Estaduais e Federais)	(18.4) -	8.500
Convênios Codevasf	(18.4) -	85.494
Ressarcimento a terceiros	(18.5) 23.569	-
Parceria Público-Privada - PPP	(18.6) -	324.947
Recuperação CBOS - PPP	-	(48.886)
Crédito Governo do Estado	(18.7) -	69.603
Outros	900	22.333
	35.401	507.444

18.1 Confissões de dívida com COMPESAPREV

Em 7 de julho de 2005, a COMPESA e a COMPESAPREV - Fundação COMPESA de Previdência e Assistência, tendo como interveniente o Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE, celebraram instrumento particular de ratificação da confissão da dívida na qual a Companhia se comprometeu a pagar as dívidas da seguinte forma:

Dívida 2 - Vencimento a partir do prazo de julho de 2006 em 195 prestações mensais e consecutivas, atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além dos juros remuneratórios calculados pela Tabela Price de amortização a 7% ao ano sobre o saldo devedor, em 2015, de R\$ 53.237 (R\$ 53.398 em 31/12/2014). A dívida será quitada em setembro de 2022.

	Saldo Inicial 01/01/2015	Encargos	Amortização	Saldo Final 31/12/2015
Confissão de dívida com COMPESAPREV	53.398	5.611	5.772	53.237

18.2 Confissões de dívida com COMPESASAÚDE

Em 22 de maio de 2009, foi assinado o instrumento de Confissão de Dívida firmado entre a Fundação COMPESA de Previdência e Assistência e a Companhia Pernambucana de Saneamento. Neste documento, a COMPESA assume a dívida no valor de R\$ 2.800, que deverá ser atualizado e corrigido.

O saldo devedor em 2015 é de R\$ 1.578 (R\$ 1.839 em 31 de dezembro de 2014).

A dívida é referente aos passivos dos tributos PIS e COFINS do assistencial (COMPESASAÚDE) para o previdencial da COMPESAPREV relativo ao período entre maio de 2001 e setembro de 2007.

No instrumento foi negociado o parcelamento de dívida em 120 (cento e vinte) prestações mensais e sucessivas, calculadas pela Tabela Price com juros reais equivalentes a 6% ao ano, atualizados mensalmente pelo indexador monetário considerado na meta atual (INPC + 5,5%) ao ano, sendo a primeira prestação com vencimento em 1º de fevereiro de 2010 e a última em dezembro de 2019.

	Saldo Inicial 01/01/2015	Encargos	Amortização	Saldo Final 31/12/2015
Confissão de dívida com COMPESASAÚDE	1.839	283	543	1.579

Continua →

18.3 Prefeitura de Petrolina

Em virtude do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Transação e Outras Avenças firmadas com o Município de Petrolina em 18 de dezembro de 2007, a Companhia possui, no seu passivo, o registro de parcelas vincendas decorrentes da indenização à Prefeitura de investimentos realizados pelo Município em infraestrutura de distribuição de água e esgoto sanitário no âmbito do município de Petrolina. Na data do instrumento, o valor da dívida acordada foi de R\$ 14.659, a qual deverá ser paga da seguinte forma: (i) R\$ 740 por conta da prestação de serviço de fornecimento de água e esgoto pela COMESA à Prefeitura; (ii) R\$ 13.919 em 24 parcelas mensais fixas e irredimíveis de R\$ 723 e mais 12 parcelas de R\$ 437 nas mesmas condições. Os valores estão sendo negociados entre as partes, justificando a não movimentação no período/exercício.

18.4 Convênios**Órgãos Estaduais**
Porto de Suape

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia celebrou com o Porto de Suape convênio para execução e planejamento, visando à elaboração de estudos ambientais para projeto básico e estudos necessários para construção de sistema produtor de recursos hídricos, no valor de R\$ 2.013. Tal convênio tem vigência de 480 dias, contudo se encontra vigente até a presente data em função de pendências de prestação de contas. No exercício de 2015 não houve desembolso.

Órgãos Federais**DER**

Em 5 de dezembro de 2002, a Companhia celebrou com o DER convênio para cooperação técnica para implantação da reserva ecológica de Gurjaú e reflorestamento de 100 ha da faixa do entorno do reservatório da barragem de Tapacurá, no valor de R\$ 582. Tal convênio tem vigência de seis anos, contudo se encontra vigente até a presente data em função de pendências de prestação de contas.

CODEVASF

Em 30 de maio de 2011, foi celebrado convênio com o Ministério da Integração Nacional, através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para implantação, ampliação, intervenções e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no município de Petrolina, inclusive beneficiando as populações das agrovilas no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho do município de Petrolina, com prazo de execução em julho de 2014, podendo ser prorrogado; valor total do convênio: R\$ 65.000, valor recebido até 31 de dezembro de 2014.

18.5 Ressarcimento a terceiros

O saldo apresentado nessa rubrica corresponde a valores recebidos de clientes classificados como recebimentos em duplicidade. Estes valores ficam registrados na contabilidade por um período de 5 anos, até que o cliente faça a solicitação de devolução ou de compensação. Após 5 anos, a Companhia reconhece esses valores como receitas financeiras.

18.6 Parceria Público-Privada – PPP

O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela Odebrecht Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada - PPP em benefício da COMESA. (Nota Explicativa 12.1). O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos a Odebrecht Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema - COS incluído nos pagamentos referente à contraprestação básica da operação do sistema CBO, durante o período da concessão previsto para 35 anos.

18.7 Crédito Governo do Estado

Os valores apresentados nessa rubrica tratam-se de créditos a pagar, provenientes de juros sobre o capital próprio (JSCP) de anos anteriores, ao acionista majoritário, o Governo do Estado de Pernambuco. Esses créditos não possuem prazo de vencimento e foram constituídos para registrar a remuneração do capital do sócio majoritário.

19. PROVISÃO PARA PERDAS EM PROCESSOS JUDICIAIS

	31/12/2015	31/12/2014
Ações trabalhistas	16.613	21.525
Ações cíveis / tributárias	24.662	12.796
	41.275	34.321

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para perdas em processos judiciais:

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2014	24.610	18.848	43.458
Constituição de provisões	5.839	2.402	8.241
Reversão de provisões	(8.924)	(8.454)	(17.378)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	21.525	12.796	34.321
Constituição de provisões	19.911	15.669	35.580
Reversão de provisões	(24.823)	(3.803)	(28.626)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.613	24.662	41.275

A Companhia efetua o ajuste da provisão de contencioso de acordo com relatórios do jurídico e os pagamentos efetuados são lançados diretamente no resultado do exercício no montante de R\$ 24.383 (R\$ 24.742 em 2014).

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

Em relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais que se encontram registrados no ativo não circulante no montante de R\$ 47.999 (R\$ 42.737 em 2014).

As declarações de rendimentos e os demais encargos resultantes das operações da Companhia estão sujeitos a exame por parte de Autoridades Fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

Foram considerados como perda provável os processos cujo desfecho é desfavorável à COMESA, nos quais há uma estimativa suficientemente segura do valor a ser desembolsado na data do balanço e cuja estimativa de tempo para a efetiva liberação dos recursos para a parte adversa é inferior ao tempo médio de tramitação dos processos submetidos ao mesmo rito processual, perfazendo o montante de R\$ 41.274 (R\$ 34.321 em 2014).

Recebem a classificação de perda possível os processos cujo desfecho é incerto em relação à COMESA, nos quais há uma estimativa suficientemente segura do valor a ser desembolsado na data do balanço e cuja estimativa de tempo para a efetiva liberação dos recursos para a parte adversa é igual ou até 12 (doze) meses superior ao tempo médio de tramitação dos processos submetidos ao mesmo rito processual, perfazendo um montante de R\$ 172.465 (R\$ 34.201 em 2014). Não foram constituídas provisões nesses montantes conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

20. BENEFÍCIO A EMPREGADOS**20.1 Plano de Previdência e Assistência - COMPESAPREV**

A Companhia é patrocinadora da Fundação COMESA de Previdência e Assistência - COMPESAPREV, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.950, de 26 de fevereiro de 1987, do Ministério da Previdência Social (MPS), obedecendo às Normas e Resoluções expedidas pela PREVIC.

O Plano de Previdência Complementar, em questão, é de benefício definido, sendo integrado por Benefícios Programados e por Benefícios de Riscos.

Constam como participantes deste Plano o empregado que estiver em pleno exercício de suas atividades laborativas junto à Patrocinadora (COMESA), bem como o empregado que se desligar do quadro de pessoal da Companhia e continuar na condição de participante do Plano. Ocorrendo a perda do vínculo empregatício com o Patrocinador, é assegurado ao Participante que não estiver em gozo no benefício pelo Plano, o direito de optar por uma das seguintes situações:

- (1ª) Tornar-se um participante autopatrocinador;
- (2ª) Tornar-se um participante em BPD (Benefício Proporcional Definido);
- (3ª) Deixar de ser participante em razão de optar por realizar Resgate de Contribuição;
- (4ª) Deixar de ser participante em razão de optar por realizar a Portabilidade;

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a COMPESAPREV tem como principal finalidade complementar, parcial ou totalmente, os benefícios a que tem direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPS) os empregados da COMESA. Os benefícios concedidos pelo Plano são basicamente os seguintes:

• **Suplementação de aposentadoria por invalidez** - Será concedida ao participante durante o período que lhe seja mantida a aposentadoria por invalidez pela Previdência Social, desde que o participante tenha contribuído ininterruptamente, nos últimos 12 meses anteriores ao início desse benefício, desde que a adesão ao plano tenha ocorrido até 90 dias da admissão, caso contrário terá a carência ampliada para 60 meses.

• **Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição** - Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante com idade inferior a 55 anos será concedida desde que este integre o Fundo de Cobertura correspondente aos encargos adicionais decorrentes da antecipação ou este seja reduzido da suplementação pela aplicação de fator redutor determinado pelo princípio de equivalência atuarial. A suplementação por aposentadoria para os participantes que atendem aos requisitos mínimos da Previdência Social (35 anos participantes do sexo masculino, e 30 anos participantes do sexo feminino) é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício. É assegurada para os participantes com tempo de serviço inferior a 35 e 30 anos (sexos masculino e feminino, respectivamente) a suplementação mínima de 14% a 18,80% do salário real do benefício aos participantes que apresentarem tempo de serviço entre 30 e 34 anos para o participante do sexo masculino e 25 e 29 anos do sexo feminino.

• **Suplementação de aposentadoria por idade** - Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício.

• **Suplementação de aposentadoria especial** - Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria especial pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício. A suplementação não poderá ser inferior a tantos 1/20 do 20% do salário real do benefício quantos forem os anos completos e ininterruptos de contribuição ao plano, contados desde a data da última inscrição como participante deste Plano até o máximo de 20/20. Em caso de aposentadoria especial deverá ser observado o que disciplina o Art. 60 do Regulamento, em conjunto com a EC 20/1998, bem como parecer atuarial, com relação a dotação, ou seja, a COMESA, de forma paritária com o respectivo participante, realizará no âmbito do Plano, para cada suplementação de aposentadoria especial, uma dotação correspondente à diferença entre a Provisão (Reserva) Matemática necessária ao pagamento dessas suplementações e a Provisão (Reserva) já constituída para garantir a suplementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição (sendo relevante o fato de que, por determinação da PREVIC, o Regulamento do Plano, em 2011, já foi ajustado, neste ponto, à paridade contributiva, ou seja, 50% dessa dotação como responsabilidade do participante favorecido e os 50 % dessa dotação como responsabilidade patronal).

• **Suplementação de pensão** - Será concedida aos dependentes beneficiários uma suplementação de pensão igual à cota familiar de 50% mais 10% como cota individual, por dependente beneficiário, até o máximo de 5, da suplementação de aposentadoria que tiver recebido ou do que teria direito se na ocasião do falecimento viesse a se aposentar por invalidez pela Previdência Social.

• **Suplementação de abono anual** - Será paga ao participante ou aos dependentes beneficiários na mesma época em que for pago o abono anual pela Previdência Social. A suplementação corresponde a 1/12 da suplementação devida em dezembro, por mês de suplementação recebida durante o ano corrente.

Em 31 de dezembro de 2015, a COMPESAPREV possui 2.834 participantes ativos (2.716 em 2014), 1.549 participantes assistidos (1.523 em 2014), 660 pensionistas (635 em 2014), 26 participantes autopatrocinados (23 em 2014) e 26 participantes com benefício proporcional definido (23 em 2014).

Os principais recursos que a COMPESAPREV dispõe para o seu funcionamento são representados por:

Contribuições dos participantes

Os participantes assistidos recebem em COMPESAPREV valores equivalentes ao resultado da aplicação das seguintes taxas, em 2015 e 2014:

- a) 2,8875% da parcela de seu salário real de contribuição, não excedente à metade do menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- b) 5,1750% da parcela do seu salário real de contribuição entre a metade do menor valor teto e o próprio menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- c) 10,35% da parcela de seu salário real de contribuição entre o menor valor teto e três vezes o menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- d) 13,80% da parcela de seu salário real de contribuição entre três vezes o menor valor teto e o maior valor teto de cálculo do benefício suplementar.

Os participantes ativos recebem em COMPESAPREV valores equivalentes ao resultado da aplicação das seguintes taxas, em 2015 e 2014:

- a) 2,5875% até março de 2014 e a partir de abril de 2015 a taxa de 2,8649% da parcela de seu salário real de contribuição, não excedente à metade do menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- b) 5,1750% até março de 2014 e a partir de abril de 2015 a taxa de 5,7298% da parcela do seu salário real de contribuição entre a metade do menor valor teto e o próprio menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- c) 10,35% até março de 2014 e a partir de abril de 2015 a taxa de 11,4595% da parcela de seu salário real de contribuição entre o menor valor teto e três vezes o menor valor teto de cálculo do benefício suplementar;
- d) 13,80% até março de 2014 e a partir de abril de 2015 a taxa de 15,2794% da parcela de seu salário real de contribuição entre três vezes o menor valor teto e o maior valor teto de cálculo do benefício suplementar.

Tais percentuais contributivos podem ser alterados, na forma da legislação vigente, com base em resultados nas Reavaliações Atuariais.

Contribuição da entidade patrocinadora

A COMESA contribui mensalmente com um percentual, anualmente reavaliado atuarialmente, (igual a 1,96% até março de 2015, tendo sido ajustado para 1,86% a partir de abril de 2015, sendo que, a partir de abril de 2016 passará a ser de 1,99%) da folha de remuneração de todos os empregados, correspondente à contribuição suplementar destinada a averbar o tempo de serviço anterior dos participantes fundadores da COMPESAPREV, como tempo de filiação ao plano (restando 12 meses a contar de janeiro de 2016 para ocorrer o real da filiação dessa contribuição), bem como, com uma contribuição normal igual ao valor total das contribuições mensais recolhidas pelos Participantes Ativos e Assistidos.

Rendimentos financeiros

A COMPESAPREV dispõe, para seu funcionamento, dos rendimentos resultantes das aplicações financeiras em investimentos, obedecendo ao disposto em Resolução do Conselho Monetário Nacional.

De acordo com suas demonstrações financeiras, a COMPESAPREV, em 31 de dezembro de 2015, apresenta um déficit técnico acumulado de R\$ 9.695 (superávit técnico de R\$ 4.868 em 2014), equivalente a 1,51% (0,85% em 2014) do ativo líquido.

Estas mesmas demonstrações financeiras, que não fazem parte dos conjuntos das demonstrações da Companhia, apresentam as seguintes informações adicionais:

	31/12/2015	31/12/2014
Provisão de benefícios concedidos	348.194	312.116
Provisão de benefícios a conceder	307.480	262.389
Provisões matemáticas a constituir	(3.193)	(5.399)
Exigível atuarial	652.481	569.106
(Déficit) Superávit técnico	(9.695)	4.868
Ativo Líquido do Plano	642.481	573.974

No exercício de 2015, a Companhia repassou à COMPREV R\$ 8.037 (R\$ 9.974 em 2014) a título de contribuição.

Em 31 de dezembro de 2015, para fins de atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, a Companhia avaliou os benefícios definidos, integrados por Benefícios Programados e por Benefícios de Risco do seu plano COMPESAPREV, mediante a contratação de atuário, o qual avaliou o valor presente das obrigações em R\$ 538.157 (R\$ 527.784 em 2014) e o valor justo dos ativos em R\$ 572.467 (R\$ 541.389 em 2014), resultando em um ativo líquido de R\$ 34.310 (R\$ 13.606 em 2014) à COMPESAPREV, conforme demonstrativo.

Variação do valor presente das obrigações e valor justo do ativo do plano

	31/12/2015	31/12/2014
Varição no Valor Presente das Obrigações		
Valor presente das obrigações - Saldo Inicial	527.784	461.506
Custos do serviço corrente	8.229	7.337
Juros sobre o valor presente das obrigações	53.905	48.724
Perdas (ganhos) atuariais	(21.768)	37.145
Benefícios pagos	(29.994)	(26.928)
Valor Presente das Obrigações - Saldo Final	538.157	527.784

Varição no valor justo dos ativos do plano do exercício é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Valor justo dos ativos do plano saldo inicial	541.389	482.111
Contribuição do empregador	18.747	17.085
Contribuição do empregado	4.871	4.874
Retorno obtido pelos ativos do plano	56.002	51.650
Perdas (ganhos) atuariais	(18.549)	12.597
Benefícios pagos	(29.994)	(26.928)
Valor Justo dos Ativos do Plano em 31/12/2015	572.467	541.389
(Ativo líquido) / Passivo da patrocinadora	(34.310)	(13.606)

No exercício de 2015, o ativo líquido de benefícios previdenciários não foi reconhecido em virtude de não atender o previsto nos itens 64b e 64c da CPC 33 (R1), e não existir qualquer ativo líquido a ser reconhecido pela COMESA em relação ao Plano de Benefício Definido por ela patrocinado junto à COMPESAPREV.

Posição do passivo (ativo) do plano

	31/12/2015	31/12/2014
Valor justo do ativo do plano	(572.467)	(541.389)
Valor presente da obrigação vencida	304.784	296.582
Valor presente da obrigação a vencer	233.373	231.201
Valor líquido das obrigações	538.157	527.783
(Ativo líquido) / Passivo para a patrocinadora	(34.310)	(13.606)

No exercício de 2015, a Companhia não efetuou o reconhecimento dos ativos do plano, por não atender os itens 64b e 65c do CPC 33 (R1), assim como, o estabelecido na Resolução CGPC nº 26/2008. A citada resolução regulamenta a forma de distribuição da Reserva Especial dos Planos de Previdência Complementar em favor da empresa patrocinadora (e dos participantes, inclusive os Assistidos) que deveria ser reconhecido apenas o excedente do Superávit Técnico Acumulado excedente a 24,14% das Provisões Matemáticas avaliadas com taxa real de desconto de 4,75% ao ano (1% ao menos que a taxa real máxima de juros/descontos aplicável), e com Tábua Geral de Mortalidade "qx da AT-2000" desagregada em 10%. Em 31 de dezembro de 2015, não havia valor passível de utilização pela COMESA, já que, com tais hipóteses, não havia recurso registrado na referida Reserva Especial (para Revisão de Plano) para ser destinado à empresa patrocinadora do Plano.

Cálculo da estimativa do custo esperado

	31/12/2015	31/12/2014
Custos do serviço corrente	8.689	8.229
(Receita) / custos dos juros	(5.638)	(2.096)
Contribuição esperada	(5.695)	(4.871)
(Receita) / custo estimado esperado	(2.644)	1.262

A Companhia, no exercício de 2015, reconheceu no resultado R\$ 10.010 (R\$ 9.313, em 2014) de contribuição patronal no exercício.

Premissas atuariais atualizadas

Taxa de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total: 7,22% ao ano (13,12% ao ano acima da Inflação Projetada).

Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do Plano: 13,12% ao ano (7,22% ao ano acima da Inflação Projetada).

Taxa de crescimento salarial: 7,64% ao ano (2,03% ao ano acima da Inflação Projetada).

Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada: 5,5% ao ano.

Inflação Projetada: 5,5% ao ano.

Fator de capacidade do benefício de preservar seu poder aquisitivo entre 2 (dois) reajustes anuais consecutivos ao longo dos anos futuros: 0,9697 (ou 96,97%).

Taxa de rotatividade: Considerada nula para refletir, de forma conservadora, o reflexo da entrada em vigor do Instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD).

• Tábua Geral de Mortalidade: q, da AT-83

• Tábua de entrada em invalidez: i, da LIGHT-MÉDIA.

• Tábua de mortalidade de invalidez: q_i = q, da AT-49.

• Tábua de mortalidade de ativos: Obtida pelo método de Hamza a partir dos valores adotados para q, i, q_i.

Composição de família: experiência obtida na região de atuação da empresa Patrocinadora no que se refere aos participantes ainda não assistidos e família efetiva no que se refere aos assistidos (aposentados e pensionistas).

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMESA (CONTINUAÇÃO)

Proporção de participantes do Plano, em atividade na COMESA, que poderão entrar em gozo de Suplementação Aposentadoria Antecipada (Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço) Contribuição com conversão de Tempo de Serviço Especial em Normal: obtida através da conversão do Tempo de Serviço Especial em Tempo de Serviço Normal para os empregados participantes com direito a este tipo de conversão.

20.2 Plano de Assistência Médica - COMESASAÚDE

A Companhia também é patrocinadora do Plano de Assistência médico-hospitalar e odontológico, que é administrado pela COMESAPREV, cujas contribuições são calculadas individualmente com o auxílio da tabela de contribuição mensal, lastreada em sua faixa de remuneração, no tamanho da sua família e na faixa etária.

O COMESASAÚDE possui duas modalidades de planos: Plano I - com padrão de acomodação hospitalar em enfermaria e o Plano II - com padrão de acomodação hospitalar em apartamento. Esse plano é composto por titulares associados (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA (Plano de Incentivo à Aposentadoria), empregados com contrato de trabalho suspenso, sócios auto patrocinados, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), titulares não associados à COMESAPREV inscritos no COMESASAÚDE até 25 de maio de 2011 (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, servidores públicos ou empregados de outras entidades cedidos à COMESA, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), dependentes e agregados.

Os planos caracterizam-se pelo completo atendimento aos procedimentos descritos na norma interna SAD 102/98, no Regulamento do Plano e nos demais atos normativos em vigor no que diz respeito às coberturas, às exclusões, às carências e ao padrão de acomodação hospitalar.

Os planos COMESASAÚDE I e II são custeados pelas contribuições mensais dos seus associados, em pré-pagamento, conforme tabelas definidas por ocasião da avaliação atuarial de planos, e em pós-pagamento, referente aos valores correspondentes à co-participação. A Patrocinadora participa do custeio do plano, conforme regras acordadas anualmente por ocasião da Avaliação Atuarial do Plano e revisão do Plano de Custeio do COMESASAÚDE.

Compromisso da Patrocinadora aos Empregados no Pós-Emprego

A Patrocinadora COMESA, através do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que vem se renovando anualmente, assumiu o compromisso de custear o Plano COMESASAÚDE relativamente às perdas de arrecadação mensal em função da adoção dos tetos máximos de desconto, sobre a remuneração do aposentado ou pensionista, de 16% (dezesseis por cento) para os titulares com PIA e de 20% (vinte por cento) para os titulares com ACT e PIA Especial. Estas duas perdas, somadas, representam 20,50% (19,50% em 31/12/2014) da arrecadação da categoria de aposentados e pensionistas do COMESASAÚDE, apurados na Avaliação Atuarial do Plano em 2015.

Em 2015, a Companhia reconheceu no resultado, a título de contribuição ao Plano de Assistência Médica, o montante de R\$ 25.911 (R\$ 22.990 em 2014).

Considerando a entrada em vigor da Resolução Normativa-RN nº 254/2011, conforme art.27, em 04/08/2012, os atuais beneficiários só poderão incluir como beneficiários, novo cônjuge e filhos do titular.

Considerando a nova tabela de faixa salarial vigente a partir de março de 2015 até fevereiro de 2016, a COMESA deverá incorrer em gastos com o COMESASAÚDE decorrentes da contribuição mensal devida neste período estimada em R\$ 20.098, de acordo com faixas salariais e etária constantes no relatório de avaliação atuarial comentado.

Em 2015, a Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de assistência à saúde pós-emprego, os quais requerem a utilização de premissas acerca do nível e da frequência de sinistros futuros e do custo para a cobertura desses sinistros.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Valor Presente das Obrigações Atuais no Início do exercício / ano	(74.756)	(72.699)
Taxa de desconto atuarial do ano anterior	12,75%	10,5%
(-) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-
(-) Custo de juros sobre a obrigação	(9.531)	(7.633)
(-) Custo do serviço corrente previsto para o ano	(2.578)	(2.596)
(+) Benefícios pagos no ano	1.459	1.388
Perda atuarial do exercício	936	6.784
Obrigações Total no Exercício	(84.470)	(74.756)
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do exercício	4.691	1.974
Taxa de retorno esperado para os ativos do plano	12,75%	10,5%
(+) Custo de juros sobre a obrigação	998	207
(+) Contribuição da patrocinadora	1.583	1.041
(-) Benefícios pagos no exercício	(1.459)	(1.388)
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	1.552	2.857
Valor justo dos ativos no exercício	6.965	4.691
Custo do serviço passado não reconhecido		
Ganho / (perda) atuarial no exercício	936	6.784
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	1.552	2.857
Apuração do resultado do exercício	2.488	9.641
Passivo a reconhecer no exercício	(77.905)	(70.065)

Premissas atuariais utilizadas

- 1) Bases Técnicas e Biométricas
- Tábuas de Mortalidade de Valtos: AT-83 (diferenciada para Homens e Mulheres);
- Tábuas de Entrada em Invalidez: Light Média;
- Tábuas de Mortalidade de Invalídios: AT-49 Male;
- Taxa de Desconto da avaliação de 2014 = 12,75% a.a.;
- Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação de 2014 = 12,75% a.a.;
- Taxa de Inflação da avaliação de 2014 = 6,50% a.a.;
- Crescimento real dos custos médicos em 2014 = 3,00% a.a.;
- Taxa de Rotatividade em 2014 = não adotada;
- Taxa de Desconto da avaliação de 2015 = 14,35% a.a.;
- Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação 2015 = 14,35% a.a.;
- Taxa de Inflação da avaliação 2015 = 7,00% a.a.;
- Crescimento real dos custos médicos em 2015 = 3,00% a.a.;
- Taxa de Rotatividade em 2015 = não adotada;
- Duration calculada em 2015 = 16,28 anos;
- Regime de Capitalização para todos os benefícios;
- Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC).

2) Tabelas Utilizadas

COMESAPREV, para diárias, taxas de sala, internações, uso de equipamentos, atendimentos ambulatoriais e serviços hospitalares;

Medicamentos: SIMPRO - negociação diretamente com os prestadores de até 20% (vinte por cento);

Medicamentos: BRASINDICE - preço de fábrica com acréscimo de 32% (trinta e dois por cento);

CBHPM - Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - 5ª edição, com acréscimo de 13% (treze por cento) nos portes, redutor de 20% sobre o valor da Unidade de Custo Operacional (UCO), Consulta Médica em consultório fixada em R\$ 75,00 (R\$ 70,00 em 2014) e consultas em pronto socorro a R\$ 49,15 com

acréscimo de 30% nos casos de urgência.

3) Taxas de Utilização dos Procedimentos Assistenciais

Tabelas de morbidade ajustadas com as próprias experiências da COMESAPREV.

4) Demais Premissas e Hipóteses

Despesas Não Assistenciais, destinadas à cobertura das despesas administrativas totais dos Planos, fixadas em 15% (quinze por cento) das receitas mensais;

Pré-requisitos para entrada em aposentadoria do titular (plano previdenciário): possuir cumulativamente 55 anos de idade, 30 anos (mulheres) ou 35 anos (homens) de contribuição à Previdência Social e 20 anos de plano (COMESAPREV);

Idade para permanência de filhos e equiparados: até 24 (vinte e quatro) anos;

Banco de Dados (informações fornecidas pela COMESAPREV);

* Sinistros (Despesas): janeiro a dezembro de 2015 (janeiro a dezembro de 2014 para o cálculo 2014);

* Beneficiários (Cadastro): dezembro/2015 (dezembro/2014 para o cálculo de 2014);

* Resultados posicionados em 31 de dezembro de 2014 e 2015, respectivamente.

20.3 Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA) e PIA Especial

Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA)

Consta no Acordo Coletivo de Trabalho que a COMESA dispõe de plano de incentivo à aposentadoria, o qual deve obedecer aos seguintes critérios:

Pagamento de um "prêmio aposentadoria", em uma única parcela, de um dos seguintes valores, conforme opção do empregado:

• Modalidade A - dez vezes o piso salarial da COMESA.

• Modalidade B - cinco vezes o salário contratual básico do empregado.

• Modalidade C - valor equivalente a 40% do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para fins rescisório, relativo, exclusivamente, ao contrato de trabalho mantido com a COMESA.

• O "prêmio aposentadoria", nas modalidades A e B, terá seu valor calculado com base na Tabela Salarial vigente na data em que ocorrer o seu pagamento.

• O saldo do FGTS considerado como base de cálculo dos 40%, referido na modalidade C, será o do mês de concessão da aposentadoria, após a incidência dos juros e da atualização monetária, até o mês imediatamente anterior ao pagamento do "prêmio aposentadoria".

• Farão jus ao valor integral do prêmio aposentadoria, os empregados que, ao se aposentarem, tenham completado dez anos de contrato de trabalho com a COMESA.

• Farão jus ao valor do "prêmio aposentadoria" os empregados que, ao se aposentarem, satisfizerem às condições estabelecidas no parágrafo anterior, façam a comunicação à COMESA da Carta Concessória de Aposentadoria da Previdência Social, para fins de desligamento da Companhia, em até 30 dias contados da data de sua expedição.

• Fica assegurada aos empregados que se aposentarem por invalidez pela Previdência Social, a concessão, pela Companhia, de uma contribuição equivalente a 20% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios, relativo exclusivamente ao contrato mantido com a COMESA.

A Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de plano de incentivo à aposentadoria.

A Companhia reconhece como despesa atuarial os valores presentes das obrigações com os benefícios pós-emprego, com base em laudos atuariais do exercício de 2015.

Não se registra de forma diversa do plano de previdência complementar do tipo benefício definido, patrocinado pela COMESA com a COMESAPREV, a existência de qualquer fundo segregado para dar cobertura aos benefícios pós-emprego apresentados.

PIA Especial

Em 14 de julho de 2011, foi aprovado em ata de reunião do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco (SINDURB) o Acordo Coletivo de trabalho 2011/2012 relativo ao dissídio da categoria de abril de 2011.

Neste acordo, foi aprovado um novo benefício - o Programa de Incentivo Especial de Aposentadoria (PIA) vigente a partir de 30 de setembro de 2011, bem como mantidos outros benefícios a empregados como o Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA Especial), dentre outros considerados pela Companhia como sendo Benefícios de curto prazo.

O PIA Especial tem como objetivo estimular o desligamento dos funcionários aposentados pela Previdência que, no prazo de 30 dias da data de sua aposentadoria, não exercerem a opção de adesão ao Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA), bem como programar o desligamento dos funcionários cujo requisito para a aposentadoria seja cumprido até 31 de março de 2014.

Os empregados que efetuaram a adesão receberam o valor adicional de 20% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios. Neste mesmo momento, os funcionários fizeram a opção pelo mês de desligamento previsto até o dia 31 de março de 2014.

Este benefício se mantém devido nos casos de falecimento e aposentadoria por invalidez dos funcionários optantes pelo PIA Especial.

O valor presente das obrigações da Companhia, no montante de R\$ 5.881, corresponde ao PIA Especial.

Premissas atuariais utilizadas

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de Descontos:	13,74% ao ano (7,3% acima da Inflação Projetada).	10,41% ao ano (6,16% acima da Inflação Projetada).
Taxa de Rendimentos Esperada sobre o Valor Justo do Ativo:	Não Aplicável por não existir Ativo Segregado.	Não Aplicável por não existir Ativo Segregado.
Taxa de Crescimento Salarial:	(i) No que se refere ao Piso Salarial da COMESA: 7,06% ao ano (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Produtividade Geral); e (ii) No que se refere ao Salário Contratual	(i) No que se refere ao Piso Salarial da COMESA: 5,04% ao ano (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Produtividade Geral); e (ii) No que se refere ao Salário Contratual
	Básico: 7,6960% (1,60% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Mérito Pessoal).	Básico: 5,664% (1,60% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Mérito Pessoal).

	31/12/2015	31/12/2014
Taxa de Rendimentos do FGTS:	5,0196% ao ano (0,9804% acima da Inflação Projetada, considerando que anualmente a variação da TR fique, em média, 3% abaixo da Inflação Projetada de 6% ao ano), considerando que somente em agosto de 2015, o projeto de aumento gradual do rendimento do FGTS foi objeto de análise no Congresso nacional para posterior análise, com veto parcial, pelo Executivo.	5,0196% ao ano (0,9804% acima da Inflação Projetada, considerando que anualmente a variação da TR fique, em média, 2% abaixo da Inflação Projetada de 4% ao ano, ou seja, que a variação anual da TR seja da ordem de 2%).

Inflação Projetada:	6% ao ano.	4% ao ano.
Rotatividade:	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.

Tábuas Geral de Mortalidade:	qx da AT 83 (masculina).	qx da AT 83 (masculina).
Tábuas de Entrada em Invalidez:	ix da LIGHT (MÉDIA).	ix da LIGHT (MÉDIA).
Composição de Família (Cobertura do Pecúlio por Morte):	experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMESA com a COMESAPREV	experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMESA com a COMESAPREV

Status de cobertura	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações do PIA no início do exercício	53.812	50.932
Status de cobertura: (superávit)	53.812	50.932

Passivo líquido para empresa Patrocinadora no final do exercício	53.812	50.932
Custos esperado pós emprego	31/12/2015	31/12/2014
Custo do serviço corrente	3.134	2.897
Custo dos juros	4.815	4.809
Custo esperado estimado para próximo ano	7.949	7.706

Valor presente das obrigações	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações no início do período	51.951	48.670
Custos dos serviços correntes	2.974	2.897
Juros sobre o valor presente das obrigações	5.250	4.809
Perdas / (ganhos) atuariais	(3.659)	34
Benefícios pagos	(2.704)	(4.459)
Valor presente das obrigações no final do período	53.812	55.917

Nos exercícios de 2015 e 2014, os passivos líquidos, nos valores de R\$ 53.812 e R\$ 51.951, do benefício pós-emprego PIA foram reconhecidos como sendo um benefício pós-emprego.

Posição do benefício a empregados em dezembro de 2015 e 2014

Benefícios a Empregados	31/12/2015	31/12/2014
Valor justo do ativo do plano	(572.467)	(541.389)
Valor líquido das obrigações	538.157	527.783
Plano assistência COMESAPREV	34.310	13.606
Valor do superávit (ativo) não reconhecido	(34.310)	(13.606)
Saldo do plano de assistência COMESAPREV	-	-

Valor Presente das Obrigações	84.470	74.756
Valor Justo dos Ativos	(6.965)	(4.691)
Plano assistência COMESASAÚDE	77.505	70.065

Valor presente das obrigações anterior	51.951	48.670
Custos dos serviços correntes	2.974	2.897
Juros sobre as obrigações	5.250	4.809
Perdas e ganhos atuariais	(3.659)	34
Benefícios pagos	(2.704)	(4.459)
	53.812	55.917

Benefício Pós Emprego (PIA)	131.317	122.016
------------------------------------	----------------	----------------

Plano de benefício de curto prazo

De acordo com o Acordo Coletivo de Trabalho 2014/2015, a Companhia disponibiliza a seus funcionários alguns benefícios de curto prazo, tais como: auxílio-funeral, auxílio-educação e auxílio-doença. Esses benefícios vêm sendo apropriados à despesa/custo do período quando incorridos.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital social

O capital autorizado da Companhia passou de R\$ 4.000.000 para R\$ 6.000.000 conforme AGOE datada de 30 de Abril de 2015. O capital integralizado da Companhia é de R\$ 3.999.999 representado por 182.174.836 ações ordinárias e 77.467 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

No 1º semestre de 2015, houve alteração no capital social da Companhia e na participação acionária devido à incorporação de R\$ 365.315 (R\$ 344.149 em 2014), provenientes créditos de Adiantamento do Governo do Estado de Pernambuco, conforme AGOE de 29 de abril de 2015.

Foi recebido adiantamento do Governo do Estado de Pernambuco, mediante empenho, no valor de R\$ 179.052 (R\$ 368.917 em 2014), em consonância com a aprovação dos investimentos em água e esgoto aprovados pela lei orçamentária anual - LOA estadual 2015. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no exercício o montante de R\$ 182.849 (R\$ 369.112 em 2014).

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos à razão de 20% do lucro líquido apurado no exercício e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros.

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

21.2 Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)

Movimentação	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial de adiantamento	369.112	956.418
Quantidade de ações	8.359	22.058
Adiantamento no período/exercício (*)	179.052	368.917
Quantidade de ações	4.129	8.508
Transferências juros sobre capital próprio (*)	-	12.074
Quantidade de ações	-	278
Incorporação ao capital social	365.315	944.149
Quantidade de ações	8.425	21.775
Saldo final de adiantamentos	182.849	369.112
Quantidade de ações	4.217	8.359

(*) Referem-se aos créditos recebidos do governo através de empenhos R\$ 179.052.

22. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas de venda		
Serviços de abastecimento de água	1.093.081	987.845
Serviços de esgotamento sanitário	279.183	238.376
Serviços de construção	384.412	713.139
	1.756.676	1.939.360
Deduções da Receita		
COFINS e PIS	(125.815)	(112.014)
Cancelamentos	(40.526)	(36.371)
	(166.341)	(148.385)
	1.590.335	1.790.975

Revisão Tarifária

Vide nota explicativa 31.5 subitem II.

23. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	(222.362)	(210.822)
Energia elétrica	(153.876)	(115.836)
Serviços de terceiros	(248.801)	(233.160)
Materiais	(23.395)	(23.720)
Produtos químicos	(40.034)	(39.021)
Depreciação e amortização	(42.169)	(41.953)
Despesas gerais	(1.722)	(2.592)
Custo de construção	(384.412)	(713.139)
	(1.116.771)	(1.390.243)

Em atendimento ao CPC 17 - Contratos de Construção, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado dos exercícios de 2015 e 2014, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.

24. DESPESAS COMERCIAIS

	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	(22.953)	(17.932)
Serviços de terceiros	(65.368)	(57.602)
Materiais	(420)	(523)
Depreciação e amortização	(3.259)	(407)
Despesas gerais	(540)	(711)
Provisão para créditos com liquidação duvidosa e perdas com clientes	(61.299)	(44.268)
	(153.839)	(121.443)

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2015	31/12/2014
Serviços de terceiros	(49.351)	(53.773)
Pessoal	(55.359)	(56.039)
Despesas gerais	(33.696)	(17.517)
Depreciação	(1.240)	(1.401)
Materiais	(947)	(1.161)
Amortização	(339)	(339)
Energia Elétrica	(213)	(165)
	(141.145)	(130.395)

26. OUTRAS RECEITAS LÍQUIDAS

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas		
Receitas de aluguéis	886	836
Receitas de imobilizado	722	539
Ajustes - inventários físicos	1.424	539
Outras receitas operacionais	(a) 1.320	3.317
Perdas diversas	-	(830)
	4.352	4.401

(a) Outras receitas operacionais referem-se, principalmente, à aplicação de multa por impropriedade Contratual, no valor de R\$ 606; à receita com contribuições e doações, no valor de R\$ 607 e às outras receitas no valor de R\$ 34.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas		
Receita financeira de clientes	(a) 38.345	28.274
Rendimentos de aplicações financeiras	(b) 9.868	13.734
Atualização monetária depósito judiciais e Tributos a recuperar	380	990
Outras receitas financeiras	1.578	2.386
Ajuste a valor presente	889	2.610
	51.060	47.994
Despesas		
Descontos concedidos	(26.592)	(20.832)
Encargos e atualização monetária de empréstimos, Financiamento e confissões de dívida	(71.704)	(54.385)

	(98.296)	(75.217)
	(47.237)	(27.223)

Resultado financeiro líquido

(a) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 14.524 (R\$ 8.001 em 2014), e multa por impropriedade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 23.821 (R\$ 20.273 em 2014).

(b) O saldo corresponde, principalmente, a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes de recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2015, para investimentos ainda não realizados. Assim como, de aplicação de valores referente a repasses de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF com base no convênio no 0.011.00/2011.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia, em face da natureza de suas atividades operacionais, que não representam riscos significativos, não possui seguros de seus ativos imobilizados.

A Companhia prevê nos termos de contrato junto aos fornecedores de obras a realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalhos de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à Companhia ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.

29. RISCOS E QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam pôr em risco suas atividades e seu negócio. Tal política é implementada e monitorada pela GMA - Gerência de Meio Ambiente. Isso é feito através de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e a melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil.

A Política Ambiental não foi objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia considera como partes relacionadas o Governo do Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como prefeituras municipais que detenhem participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão entre outros.

A Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

A COMPESA manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no qual o governo aportou recursos para capital de giro e imobilização (Nota Explicativa no 21);
- Contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a Instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos;
- Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;
- Serviços de esgotamento sanitário da região metropolitana por meio da Parceria Público Privada (PPP) com a empresa Odebrecht Ambiental (Nota Explicativa no 1.4);

	31/12/2015	Resultado do Exercício
	Balanco Patrimonial	
	Passivo circulante (Nota 14b)	Passivo não circulante (Nota 18)
Parte Relacionada		
Odebrecht Ambiental	19.486	324.947
Odebrecht Ambiental	-	(48.886)
Parte Relacionada		
Odebrecht Ambiental		
- Despesa		(159.221)
- Receita com serviço de construção (nota 22)		172.627
- Custo com serviço de construção (nota 23)		(172.627)

- Remuneração dos administradores; e
- Participação nos resultados dos administradores.

	31/12/2015	Resultado do Exercício
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Controlador		
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	14.479	12.826
Outras Partes Relacionadas		
Prefeituras e órgãos municipais	30.111	28.862
Remuneração dos Administradores	-	(1.829)

	31/12/2015	31/12/2014
	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Controlador		
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	20.154	2.013
Outras Partes Relacionadas		
Prefeituras e órgãos municipais	101.223	10.685
	83.397	10.813
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
Controlador		
Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	-	69.603
Outras Partes Relacionadas		
Prefeituras e órgãos municipais	1.057	512
	1.057	512

Resultado do Exercício - Os saldos credores referem-se à Receita de prestação de serviços de água e esgoto ao Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e Prefeituras e órgãos municipais. Os devedores referem-se a despesas com remuneração dos administradores.

Ativos circulante e não circulante - Decorrem de contas a receber de clientes e créditos de convênios com o Governo do Estado de Pernambuco e órgãos estaduais e ativo financeiro junto com a Odebrecht Ambiental.

Passivos circulante e não circulante - Decorrem de convênios passivos e confissão

de dívida com a Prefeitura Municipal de Petrolina e passivo financeiro junto com a Odebrecht Ambiental.

Contratos de concessão - Prefeituras - Pagamento baseado em ações

Quando do início da vigência do contrato de concessão celebrado com as prefeituras de Olinda, Gravata, Vitória Santo Antão, Bodocó, Carnaíba, Alinho, Flores, Bonito, Salgueiro, Surubim, Itapetim, S. Maria Boa Vista, Bom Jardim, Tracunhaém, S. J. do Belmonte, Ibirajuba, R. das Almas, Itamaracá, Jatubá, Rio Formoso, Venturosa, Correntes, S. Lourenço Mata, Buenos Aires, Ipojuca, Cupira, Palmeirina, Igarassu, Chã Grande, Sairé, S. Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Carpina, Floresta, Belém de Maria, Barreiros, Parnamirim, S. J. da Coroa Grande, Exú, Brejinho, Viçência, Sítio dos Moreira, Granito, Sirinhaém, Ingazeira, Calumbi, Jurema, Pedra, Mirandiba, Limoeiro, Cachoeirinha, S. Bento do Uma, Betânia, Cabo, Pombos, Maraiá, Lagoa do Ouro, Paulista, Sertânia, Lagoa dos Gatos, Caruaru, Terra Nova, Garanhuns, Agrestina, Timbaúba, Canhotinho, Ipubi, Tacambó, Barra de Guabiraba, Jupí, Carnaúba, Vertentes, Bezerros, Pesqueira, Triunfo, Glória do Góitá, Condado, Ferretes, Orocó, Igaraci, Custódia, Verdejante, João Alfredo, Taquaritinga do Norte, Brejão, Afogados, Capoeiras, a Companhia adquiriu o ativo imobilizado da concedente naquela data e deu em pagamento o montante correspondente em ações da Compesa. Ao final do prazo da concessão ou havendo a sua rescisão antecipada, a Compesa encontra-se obrigada a efetuar a recompra das ações representativas do seu capital social.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

31.1 Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, as políticas, os processos para a mensuração, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas em 31/12/2014 e 2015 adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

31.2 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho designou aos diretores da Companhia a responsabilidade pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os diretores reportam regularmente ao Conselho de Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por esta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Esta, através de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem o objetivo de desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

O Conselho de Administração da Companhia supervisiona como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. A Presidência da Companhia é assistida no seu papel de supervisão pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões especiais de controles e procedimentos de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados ao Presidente.

31.3 Risco de crédito

Adem da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de um cliente, nos casos do não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (Compesaprev, Compesasaúde e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito).

A Diretoria de Mercado e Atendimento, responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, bem como mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados. Tais medidas resultaram na redução da inadimplência do recebimento de faturas de clientes, a qual se encontra refletida na provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em 2015, a Companhia deu prosseguimento às medidas adotadas, visando mitigar os riscos de crédito.

O risco de não realização dos ativos atuais como o COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a COMPESA, comentado na nota explicativa 18, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008, para fazer em face deste ressarcimento. Com o objetivo de mitigar este risco, anualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do Plano (COMPESA).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros não derivativos		
Caixa e equivalentes de caixa	40.470	116.339
Contas a receber de clientes	543.260	479.600
Créditos de convênios	89.648	68.783
Outros créditos a receber	11.865	3.262
	685.243	667.984

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras era:

	31/12/2015	31/12/2014
Não vencidos	350.333	390.994
Vencidos de 0 a 30 dias	53.509	46.799
Vencidos de 31 a 60 dias	29.247	22.343
Vencidos de 61 a 90 dias	23.273	17.002
Vencidos há mais de 90 dias	228.881	191.946
	685.243	669.084
Ajuste a valor presente - contas a receber	-	(1.100)
	685.243	667.984

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

31.4 Risco de liquidez

Baseia-se nas dificuldades em que a Companhia poderá encontrar em cumprir com suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Companhia na administração desse risco é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez para cumprir com suas obrigações a vencerem, sobre condições normais, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para minimizar tais riscos, em 2011 a Companhia negociou com o BNDES (Debêntures) a revisão das suas obrigações contratuais, e destina a disponibilidade de recursos em aplicações financeiras que garantam a liquidez imediata e, quando necessário, utiliza recursos financeiros de seu controlador, oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital, mantendo-se essa política para os exercícios de 2015 e 2014.

Ademais, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos covenants (vide nota 15) definidos nos contratos de debêntures junto ao BNDES. A seguir, estão as maturidades de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	31/12/2015	31/12/2014
Passivos financeiros não derivativos		
Empréstimos e financiamentos bancários	186.785	204.370
Fornecedores	147.577	142.323
Outras contas a pagar	542.846	377.175
Consignações a recolher	4.247	3.897
Debêntures	162.701	187.310
	1.044.156	915.075

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros.

	Valor contábil	Fluxo de Caixa	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos e financiamentos bancários	186.785	186.785	14.842	14.842	27.807	47.864	81.430
Fornecedores	147.577	147.577	147.577	-	-	-	-
Outras contas a pagar	542.846	542.846	5.086	5.230	38.406	21.028	473.096
Consignações a recolher	4.247	4.247	4.247	-	-	-	-
Debêntures	162.701	162.701	11.740	10.982	25.140	39.132	75.707
	1.044.156	1.044.156	183.492	31.054	91.353	108.024	630.233

31.5 Risco de mercado

Divide-se em risco cambial, cuja exposição da Companhia é mínimo, e risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos captados (aplicados) no mercado. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (debêntures e empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e à Taxa de Referência (TR), e as aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que reflete as oscilações do mercado financeiro.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	31/12/2015	31/12/2014
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	685.243	667.984
Passivos financeiros	(1.044.156)	(915.075)
	(a) (358.913)	(247.091)
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	45.765	101.291
Passivos financeiros	(349.486)	(391.680)
	(b) (303.721)	(290.389)
	(a-b) 55.192	43.298

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos à taxa variável

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada em 30 de março de 2016, presidida pelo Conselheiro Lincoln de Santa Cruz Oliveira Filho, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame dos seguintes itens da pauta: II) do Relatório Anual da Administração; e III) das Demonstrações Financeiras da Companhia, concluiu que os referidos documentos refletem adequadamente as situações financeira e patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2015, e por seus membros abaixo assinados, em cumprimento aos incisos II e VII do art. 163 da Lei 6.404/76, e com base no parecer dos Auditores Independentes, emitem o presente parecer opinando favoravelmente à aprovação do relatório da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, recomendando-se que sejam todos submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária. No que se refere ao item IV) da destinação do Juros Sobre Capital Próprio - JSCP, o Conselho Fiscal, em cumprimento ao inciso III, do art. 163 da Lei 6.404/76, manifestou-se a favor da destinação, com base no art. 9º da Lei 9.249/95 c/c inciso V, do art. 187 da Lei 6.404/76, igualmente, submetendo à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Recife, 30 de março de 2016.

ALEXANDRE REBÉLO TÁVORA
Adm. de Empresas - CPF - 710.660.554-91
LINCOLN DE SANTA CRUZ OLIVEIRA FILHO
Adm. de Empresas - CPF - 320.982.864-49
PEDRO EURICO DE BARROS E SILVA
Advogado - CPF - 083.038.004-63
JOSÉ DE ANCHIETA GOMES PATRIOTA
Médico - CPF - 168.083.804-06
EVANIR VALENTIM DE MÊLO DA MOITA
Estatística - CPF - 865.636.107-49

	31/12/2015		31/12/2014	
	Lucro ou Prejuízo	Aumento de Diminuição	Lucro ou Prejuízo	Aumento de Diminuição
	20 pontos	de 20 pontos	20 pontos	de 20 pontos
Instrumentos de Taxa Fixa				
Ativos Financeiros	129.925	125.977	119.542	114.048
Passivos Financeiros	139.248	116.654	(119.384)	(114.206)
	(9.324)	9.324	(158)	(158)
Patrimônio Líquido				
Aumento de Diminuição	20 pontos	de 20 pontos	20 pontos	de 20 pontos
Instrumentos de Taxa Fixa				
Ativos Financeiros	129.925	125.977	119.542	114.048
Passivos Financeiros	139.248	116.654	(119.384)	(114.206)
	(9.324)	9.324	(158)	(158)

Análise realizada com taxas médias anuais de aplicação e captação de 10,10% e 3,93%, respectivamente. Como referência temos CDI 10,81% e TJLP 5%.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos à taxa fixa

A Companhia considera que os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (Outras contas a receber e Créditos - Convênios).

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos Financeiros	685.243	685.243	667.984	667.984
Passivos Financeiros	(1.044.156)	(1.044.156)	(915.075)	(915.075)
	(a) (358.913)	(358.913)	(247.091)	(247.091)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos Financeiros	45.765	45.765	101.291	101.291
Passivos Financeiros	(349.486)	(349.486)	(391.680)	(391.680)
	(b) (303.721)	(303.721)	(290.389)	(290.389)
	(a-b) 55.192	43.298	43.298	

(i) Contratos de concessão

Adicionalmente, a Companhia incorre em riscos operacionais referentes ao descumprimento de cláusulas contratuais ou impasses com as Prefeituras Municipais, que possam ensejar perda da "Concessão" e até problemas/impasses nas revisões tarifárias com o órgão regulador ARPE - Agência de Regulação de Pernambuco.

Os serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, em seu âmbito territorial, são de titularidade e competência exclusiva dos municípios. Diante do verificado, a prefeitura, cujo contrato de concessão dos serviços públicos de água tratada e esgotamento sanitário se encontra extinto, ou, pela ausência deste, se caracterizar como precatório (Lei nº 8.987/95 art. 42 e alterações posteriores), e objetivando regularizá-lo, deve formular a política pública de saneamento conforme legislação específica. Ainda, o município deverá nomear comissão específica que procederá ao trabalho de levantamento e avaliação necessária à determinação do montante de eventual indenização à concessionária. O levantamento será feito através da apuração dos investimentos realizados, não amortizados pelas tarifas; pela depreciação dos bens que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, ou seja, reversíveis; e pela apuração contábil de todos os recursos auferidos ao longo da concessão pela concessionária em razão da prestação dos serviços.

Nestas condições observamos que, devido ao alto custo de infraestrutura, manutenção e administração das Concessões, aliados à escassez de água em nossa região, estas se tornam menos atrativas para a iniciativa privada. Ademais, em decorrência do baixo desenvolvimento econômico dos municípios, consideramos como remota a possibilidade de não renovação das concessões.

A Compesa, a cada ano, vem melhorando a oferta de água, assim como a prestação de serviços. Única empresa do ramo no estado, não há indícios de nenhum rompimento com alguma concedente. Além disso, a exploração deste negócio exige o dispêndio de elevados recursos e conhecimento técnico. O Governo do Estado, através da companhia, tem investido recursos na ampliação e feito melhorias nos sistemas.

(ii) Revisões tarifárias

A ARPE, com base no Decreto Estadual nº 40.256/14 do Governo do Estado de Pernambuco, que altera o Decreto Estadual nº 33.354/2009, implantou a nova política tarifária por meio das resoluções nº 89/14 e nº 09/14, prevendo reajustes anuais através

de índice que reflita a evolução de custos da concessionária, com o objetivo de recompor o valor das tarifas diante das variações monetárias. Também, nos mesmos diplomas legais, foi instituída a revisão tarifária quadrimestral, a qual compreende a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas, observado o disposto no art. nº 38 da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007.

Até as notas técnicas ARPE DEF/CT nº 01/2014 e ARPE DEF/CT nº 02/2014, a metodologia tarifária foi efetivamente definida estabelecendo-se, para o período compreendido entre 2014 a 2017, a seguinte fórmula de reajuste anual tarifário:

IRT = (0,886xIPCA + 0,114xIGP-M), onde o peso histórico das despesas da DEX, atribuídas a energia (11,4%), se vincula ao IGP-M, enquanto as demais DEX (88,6%) estão aderidas ao IPCA.

No exercício de 2015, a tarifa da Companhia sofreu um reajuste de 8,35%, com fundamento no Decreto nº 40.256/2015.

31.6 Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para garantir a confiança do controlador, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas.

Neste exercício, não há possibilidade de distribuição de dividendos aos acionistas, apenas JSCP, devido ao saldo de prejuízo acumulado existente de R\$ 10.513 (R\$ 97.639, em 2014).

31.7 Administração do capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é apresentada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Total do passivo	1.381.244	1.232.326
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(40.470)	(116.339)
Dívida líquida (A)	1.340.774	1.115.987
Total do patrimônio líquido (C)	4.165.697	3.897.970
Capital ajustado (B)	5.506.471	5.013.957
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	0,24	0,22

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita a exigências externas impostas de capital.

A dívida líquida (A) representa 24% do capital ajustado (B) e 32% sobre o patrimônio líquido (C) da Companhia.

A Companhia não tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos e não efetuou em 2015 e 2014.

32. CRÉDITOS AOS ACIONISTAS

A Companhia mantém no Passivo não circulante saldo de créditos a pagar ao seu acionista majoritário - Governo do Estado de Pernambuco. Tais créditos se referem a Juros sobre Capital Próprio - JSCP de exercícios anteriores aprovados em atas de Assembleia Geral e Ordinária, que totalizaram R\$ 69.603 em 31 de dezembro de 2015.

33. EVENTO SUBSEQUENTE

Reajuste Tarifário Anual - 2016

O reajuste de 10,69% autorizado pela ARPE em 18 de fevereiro de 2016, com fundamento no Decreto nº 40.256/2014, começa a vigorar a partir de 20 de março deste ano. Este visa recompor as tarifas da Compesa do efeito da inflação dos últimos 12 (doze) meses e foi impactado pela necessidade de compensar o aumento desproporcional da energia elétrica verificado no período.

Compromisso Financeiro

Em janeiro de 2016, a COMPESA publicou a licitação para a contratação da instituição financeira que coordenará a estruturação da 3ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ação com garantia de direitos creditórios.

A instituição que apresentou o melhor custo benefício e coordenará o processo foi o Banco Santander S/A. A COMPESA emitirá 10.000 (dez mil) debêntures ao valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais) perfazendo o montante total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) de captação.

O processo encontra-se na etapa final e previsto para a conclusão em abril de 2016.

DIRETORIA

Diretor Presidente	ROBERTO CAVALCANTI TAVARES
Diretor de Gestão Corporativa	SIMONE DE ALBUQUERQUE MELO
Diretor Regional do Interior	MARCONI DE AZEVEDO SOARES
Diretor Técnico de Engenharia	RÔMULO AURÉLIO DE MELO SOUZA
Diretor Regional Metropolitano	FERNANDO DE CASTRO LÔBO JUNIOR
Diretor de Mercado e de Atendimento	EDUARDO CUNHA SABINO
Diretor de Novos Negócios	RICARDO BARRETTO VASCONCELOS
Diretor de Articulação e Meio Ambiente	JOSÉ ALDO DOS SANTOS

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares	ALEXANDRE REBÉLO TÁVORA LINCOLN DE SANTA CRUZ OLIVEIRA FILHO PEDRO EURICO DE BARROS E SILVA JOSÉ DE ANCHIETA GOMES PATRIOTA EVANIR VALENTIM DE MÊLO DA MOITA
-------------------	---

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
Vice-Presidente	ROBERTO CAVALCANTI TAVARES
Membros Efetivos:	JOÃO BOSCO DE ALMEIDA DJALMO DE OLIVEIRA LEÃO CYRO DE ANDRADE LIMA LUÍS CLÁUDIO ARRAES DE ALENCAR SÉRGIO LUÍS DE CARVALHO XAVIER JOSÉ IRAN COSTA JÚNIOR

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Contador	IRACIVALDO BEZERRA CRC-PE 11316/0-5
----------	--

